



Comissão
Europeia

OUTONO 2015 ▶ N.º 54

panorama

inforegio

▶ Impulsionar a União da Energia

Com o apoio
da política
de coesão

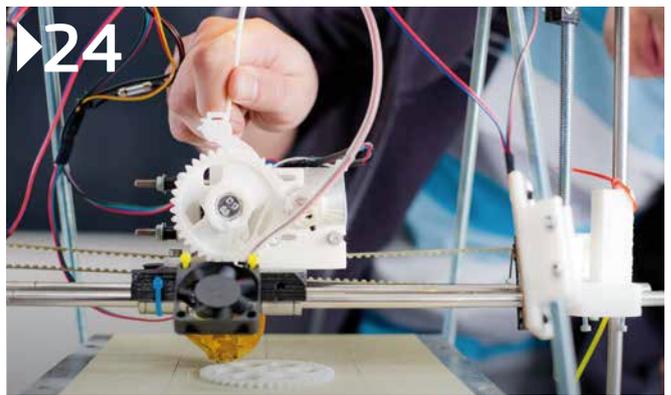
- ▶ Mobilizar investimento para apoiar a economia europeia
- ▶ Transformar regiões através da especialização inteligente
- ▶ Reforço de capacidades e administração pública eficiente

Política
Regional
e Urbana

▶ EDITORIAL	3
Corina Creţu, Comissária Europeia para a Política Regional	
EM DESTAQUE	
▶ CONCRETIZAR A UNIÃO DA ENERGIA NO TERRENO	4-7
▶ OS FUNDOS DA UE MOBILIZAM-SE PARA AJUDAR A GRÉCIA A CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL	8-9
ENTREVISTAS	
▶ GRÉCIA – TESSÁLIA FOCA-SE NO FUTURO	10-11
Dr. Kostas Agorastos, Governador Regional da Tessália	
▶ REGIÕES PIONEIRAS PARA O CRESCIMENTO FUTURO	12-13
Markku Markkula, Presidente do Comité das Regiões	
▶ ESLOVÁQUIA PRONTA A LIDERAR	14-15
Lubomir Važny, Vice-Primeiro-Ministro para os Investimentos	
▶ ESTÓNIA: ÊNFASE NA COMPETITIVIDADE E NO CRESCIMENTO	16-17
Sven Sester, Ministro das Finanças	
▶ FOMENTAR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE	18-19
▶ DIVULGAÇÃO DOS FUNDOS DA UE A NÍVEL LOCAL	20-21
▶ SENSIBILIZAÇÃO E PERCEÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO À POLÍTICA REGIONAL DA UE	22-23
Resultados do último inquérito Eurobarómetro	
▶ TRANSFORMAR AS ECONOMIAS REGIONAIS ATRAVÉS DA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE	24-29
▶ REGIOSTARS 2015	30-31
▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS	32-35
O parecer das partes interessadas sobre a política de coesão 2014-2020	
▶ NOTÍCIAS BREVES	36-37
▶ NOVO GUIA RELATIVO À ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO NA AVALIAÇÃO DE PROJETOS	38-39
▶ MEDIR O PROGRESSO EM DIREÇÃO À EUROPA 2020	40-41
▶ PROJETOS	42-43
Exemplos de projetos da Dinamarca e da Grécia	
▶ AGENDA	44



Capa: teste de dispositivos que geram eletricidade a partir da energia das ondas (Wave Hub, Reino Unido).



Fotografias (páginas):
 Capa: imagem cedida pela Wave Hub Ltd.
 Páginas 3, 8, 19, 28-29, 31, 37, 38: © Comissão Europeia
 Páginas 4-7: Reino Unido: imagem cedida pela Escola de Arquitetura de Gales – Universidade de Cardiff; Estónia: © Kaarel Langemets; França: Laurent Ghekiere © Union sociale pour l'habitat
 Página 9: © Discoveroom
 Páginas 10-11: © Região da Tessália
 Página 12: © Comité das Regiões
 Páginas 13, 26: © Shutterstock
 Páginas 14-15: Gabinete estatal da República Eslovaca
 Página 16: © Ministério das Finanças da Estónia
 Página 17: © Seaplane Harbour/A.-Maasik
 Página 21: © Maciej Śmiarowski/KPRM
 Páginas 32-35: Irlanda © MEFSS; Lituânia © Ministério das Finanças da Lituânia; Portugal © azores.gov.pt
 Página 36: © INSULEUR/Clément Bonnay
 Páginas 42-43: Grécia © Incrediblu; Dinamarca © Little Smart Things

Esta revista é impressa em papel reciclado, em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno.

Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em Agosto de 2015.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2015

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Corina Crețu
Comissária Europeia
para a Política Regional

Na sequência do recente acordo sobre um novo programa de ajuda à Grécia, a Comissão anunciou um pacote superior a 35 mil milhões de euros do orçamento da UE para a promoção do emprego e do crescimento da economia grega até 2020.

Um importante contributo para a revitalização da economia grega por parte dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Através dos programas operacionais adotados em dezembro último, a Grécia está em condições de receber mais de 20 mil milhões de euros no período 2014-2020 para apoiar o investimento em investigação e inovação, TIC, competitividade das PME, eficiência energética, desenvolvimento urbano sustentável, educação e inclusão social. As autoridades gregas têm, assim, a oportunidade de começarem a transpor estes objetivos para a realidade.

União da Energia

Temos participado ativamente na preparação do pacote da União da Energia adotado pela Comissão em fevereiro de 2015, que define uma estratégia para concretizar uma União da Energia resiliente, dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro. Uma vez que a estratégia para a energia tem uma forte dimensão regional, a política de coesão da UE irá desempenhar um papel fundamental na concretização da União da Energia no terreno. Isto será conseguido através de um aumento significativo do financiamento ao desenvolvimento da economia assente num baixo nível de emissões de carbono, incluindo investimentos na energia sustentável – eficiência energética, energias renováveis e redes de distribuição inteligentes – e na mobilidade urbana multimodal sustentável. Os Estados-Membros atribuíram já fundos no valor de cerca de 38 mil milhões de euros para este efeito nos respetivos Acordos de Parceria.

Open Days

A edição deste ano dos OPEN DAYS tem como tema «Regiões e cidades da Europa: parceiros no investimento e no crescimento». A Semana europeia das Regiões e Cidades de 2015 irá ter como foco as PME e a criação de emprego, o mercado único digital, a energia e o desenvolvimento urbano e rural.

Com cerca de 351,8 mil milhões de euros disponíveis para investir nas regiões, nas cidades e na economia real da Europa no período 2014-2020, o financiamento da política de coesão é a principal ferramenta de investimento e a iniciativa OPEN DAYS 2015 será um fórum perfeito para que as autoridades de gestão nacionais e regionais, os beneficiários e as instituições da UE troquem opiniões e desenvolvam abordagens adequadas e pragmáticas para a aplicação dos fundos.

O OPEN DAYS será também palco da final da edição de 2015 dos Prémios RegioStars, que, mais uma vez, irão distinguir alguns dos projetos mais inspiradores e inovadores apoiados pelos fundos da política de coesão da UE, mostrando as iniciativas aliciantes e originais nas áreas do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e da transformação urbana. Das 143 candidaturas recebidas, foram selecionados 17 projetos que irão disputar os prestigiantes prémios.

▶ CONCRETIZAR A UNIÃO DA ENERGIA NO TERRENO

O pacote da União da Energia foi adotado pela Comissão Europeia em fevereiro de 2015. Define uma estratégia para concretizar uma União da Energia resiliente, conjugada com uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro. A DG Política Regional e Urbana tem estado ativamente envolvida na preparação do pacote da União da Energia e irá, através dos seus programas de investimento, desempenhar um papel crucial na concretização de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono na Europa.

A nova estratégia para a União da Energia inclui cinco dimensões políticas estritamente relacionadas e mutuamente fortalecedoras:

- ▶ Segurança energética.
- ▶ Um mercado energético interno totalmente integrado.
- ▶ Eficiência energética.
- ▶ Descarbonização da economia.
- ▶ Investigação, inovação e competitividade.

A política de coesão tem um papel importante a desempenhar nestas áreas com vista à concretização dos investimentos certos e pode constituir uma ajuda importante no terreno. As suas principais contribuições caracterizam-se por um aumento do financiamento para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, uma maior utilização dos instrumentos financeiros, uma maior assistência técnica e reforço de capacidades, com vista a ajudar os Estados-Membros e as regiões a desenvolverem e a implementarem projetos adequados. Estes investimentos constituirão um importante contributo para todas as dimensões da estratégia da União da Energia.

A ligação vital

A política de coesão é um fator vital na estratégia da União da Energia, uma vez que fornece uma ligação direta entre os responsáveis políticos nas regiões e nas cidades. A DG Política Regional e Urbana tem vários anos de experiência operacional a nível transfronteiriço, regional e local, o que é fundamental para a implementação prática no terreno.

Aproximadamente 39 mil milhões de euros foram atribuídos aos investimentos assentes em baixas emissões de carbono (no âmbito do objetivo temático número 4) através dos Programas Operacionais com os Estados-Membros para o período 2014-2020 – o dobro dos períodos de programação anteriores. A economia assente num baixo nível de emissões de carbono inclui investimentos na energia sustentável – eficiência energética, energias renováveis e redes de distribuição inteligentes – e na mobilidade urbana multimodal sustentável, incluindo investigação e inovação relacionadas.

Está, igualmente, disponível financiamento para a «descarbonização» dos transportes, a transferência modal e as infraestruturas de energia inteligentes (no âmbito do objetivo temático número 7).

Prioridades de investimento

No âmbito dos investimentos em energia sustentável, há um forte enfoque na eficiência energética, nomeadamente nos edifícios públicos e destinados à habitação (ou outras infraestruturas públicas), bem como em empresas, nomeadamente nas PME. Uma parte significativa do financiamento está a ser atribuída a investimentos em energias renováveis, cogeração de alta eficiência, sistemas de aquecimento distrital e redes de distribuição inteligentes.

A política de coesão também apoia investimentos em infraestruturas para a distribuição inteligente de eletricidade e gás e sistemas de armazenamento e distribuição de energia, principalmente em regiões menos desenvolvidas. Estas infraestruturas têm de contribuir para o desenvolvimento de sistemas inteligentes e complementar investimentos de apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

O financiamento da política de coesão apoia, igualmente, a descarbonização do setor dos transportes, conferindo-lhe maior eficiência a nível energético e concretizando a transferência modal. Os investimentos irão privilegiar o transporte urbano multimodal sustentável, o transporte ferroviário, as vias navegáveis, as soluções de viagem multimodais, os





sistemas de transporte inteligentes, veículos públicos mais limpos e combustíveis alternativos.

Atrair investimento privado

Espera-se que as fontes de financiamento privadas cubram o grosso do investimento na área da energia, uma vez que, regra geral, os projetos geram receitas através da venda de energias renováveis ou da redução da fatura energética em resultado de investimentos em eficiência energética. Nos casos em que os patrocinadores do projeto não consigam atrair financiamento suficiente no mercado ou em que os projetos não sejam capazes de suportar o investimento na íntegra, poderá ser fornecido apoio público.

Para aproveitar melhor o escasso financiamento público, está a ser aumentada a utilização de instrumentos financeiros. O Plano de Investimento da Comissão prevê que aproximadamente 20% dos investimentos em projetos assentes num baixo nível de emissões de carbono sejam apoiados através de instrumentos financeiros.

Ao apoiar o investimento através de empréstimos, garantias e capital próprio, os fundos da UE alavancam financiamento público e privado adicional. Outra vantagem dos instrumentos

REINO UNIDO

Primeira casa «inteligente» com energia carbono-positiva financiada através do FEDER

Especialistas em baixos níveis de emissões de carbono da Universidade de Cardiff, País de Gales, conceberam e construíram a primeira casa inteligente de baixo custo energético do Reino Unido, criada de propósito para esse efeito e capaz de exportar mais energia para a rede nacional de eletricidade do que aquela que utiliza.

Concebida e construída no âmbito do projeto SOLCER do Low Carbon Research Institute (Instituto de Investigação em Baixas Emissões de Carbono) do País de Gales e parcialmente financiada pelo FEDER, a sua conceção única conjuga, pela primeira vez, um consumo reduzido de energia, fontes de energias renováveis e armazenamento de energia, para criar uma casa com energia positiva.

Para reduzir drasticamente o consumo de energia, a casa foi construída com elevados níveis de isolamento térmico, diminuindo as fugas de ar. A sua inovadora conceção eficiente do ponto de vista energético inclui cimento com baixas emissões de carbono e painéis estruturalmente isolados e, na parte do telhado virada a sul, foram instalados painéis solares fotovoltaicos vidrados, totalmente integrados no design do edifício, permitindo a iluminação natural do espaço de telhado por baixo.



ESTÓNIA

Financiamento para renovação de edifícios de apartamentos

Em 2009, em plena crise financeira e económica, a Estónia criou um fundo de crédito para edifícios de apartamentos – tornando-se no primeiro país a direcionar os Fundos Estruturais da UE para programas de renovação de edifícios de apartamentos. O instrumento juntou 17,7 milhões de euros do FEDER, um empréstimo de 28,8 milhões de euros do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) e 20,2 milhões de euros de recursos nacionais e foi executado pelo KREDEX, um banco nacional de promoção do desenvolvimento, como gestor do fundo, e por dois bancos comerciais, como intermediários financeiros.

Até à data (em novembro de 2014) foram renovados mais de 600 edifícios, resultando numa eficiência energética e em condições de vida melhoradas em mais de 22 000 apartamentos. O instrumento, que pode ser conjugado com assistência ao desenvolvimento de projetos e subvenções baseadas no desempenho, abriu caminho ao financiamento privado no setor, no período 2014-2020.

Leia também o artigo sobre renovações energeticamente eficientes de edifícios de apartamentos na [Lituânia, na página 34](#).

financeiros, particularmente dos empréstimos e do capital próprio, tem a ver com o facto de, devido à sua natureza rotativa, poderem continuar a fornecer apoio após o fim do período de programação. Será possível continuar a utilizar subvenções como complemento para apoiar, por exemplo, renovações profundas de edifícios que ultrapassam os requisitos mínimos legais de desempenho energético, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras ou a resolução de problemas sociais.

É, todavia, fundamental que os Estados-Membros e as regiões garantam que o financiamento público não substitui, mas complementa e alavanca o investimento privado.

Instrumentos financeiros

As autoridades de gestão são incentivadas a averiguar se conseguem reforçar a utilização dos instrumentos financeiros, de modo a obterem um maior impacto. Para apoiar a sua implementação, podem utilizar-se os denominados instrumentos imediatamente disponíveis, como o instrumento financeiro para empréstimos na área da eficiência energética e das energias renováveis no setor da construção residencial e o «empréstimo para renovações».

O Banco Europeu de Investimento e a Comissão lançaram uma plataforma específica de assistência técnica, *fi-compass*, que disponibiliza conhecimentos práticos e ferramentas de aprendizagem sobre a utilização de instrumentos financeiros. O Web site *fi-compass* disponibiliza documentos de orientação, manuais e estudos de caso às autoridades de gestão, intermediários financeiros e outras partes interessadas.

Rede para autoridades de gestão

Para apoiar os Estados-Membros na implementação dos respetivos investimentos energéticos, a DG Política Regional e Urbana e a DG Energia lançaram uma rede informal de Energia e Autoridades de Gestão (EMA). O objetivo é reunir regularmente representantes das autoridades energéticas e das autoridades de gestão da política de coesão, de modo a garantir um bom diálogo e otimizar a orientação dos projetos.

Os membros desta rede estão em melhor posição para compreender as ligações entre os objetivos da política da União da Energia e os fundos da política de coesão e equacionar como fazer corresponder as necessidades dos investimentos em energia com as necessidades das regiões, por forma a debater os desafios e a encontrar soluções.

Especialização inteligente

A DG Política Regional e Urbana, a DG Energia e o Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão juntaram-se para criar a Plataforma de Especialização Inteligente, em maio de 2015. Localizada no JRC, em Sevilha, a Plataforma irá concentrar-se principalmente na inovação energética e na adoção mais alargada de projetos energéticos nas regiões e cidades da UE ([mais informações na Panorama 53](#)).

A energia sustentável é uma das prioridades da especialização inteligente mais comuns. Mais de 100 Estados-Membros ou regiões – ou seja, dois terços dos registados na Plataforma de Especialização Inteligente – identificaram a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação na energia sustentável como uma prioridade nas suas estratégias nacionais ou regionais de especialização inteligente.

Acervo energético – incentivo à implementação

A legislação aprovada na UE não está ainda a ser devidamente transposta para a legislação nacional em muitas áreas. Tipicamente, isto leva à instauração de processos por infração contra os Estados-Membros em questão, que podem ser morosos e acrimoniosos. O novo processo de aprovação prévia previsto na reforma da política de coesão, denominado «condicionalidades *ex ante*», abre a possibilidade de fazer com que a aplicação das disposições relevantes da legislação seja uma condição prévia à receção de financiamento.

Várias destas condicionalidades *ex ante* estão diretamente associadas a Diretivas da UE na área da energia, como, por exemplo, a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD), a Diretiva relativa à eficiência energética (EED) ou a Diretiva Fontes de Energia Renováveis (FER). Estas constituem um incentivo adicional para que os Estados-Membros apliquem aquilo que acordaram. As condições provam ser um importante estímulo para a ação e estão já a acelerar a transposição do acervo energético da UE relevante por parte dos Estados-Membros.

Liderança e ligação em falta

Na área da eficiência dos edifícios, a UE tem liderado o caminho com as Diretivas EPBD e FER, melhorando os códigos de construção nacionais e elevando os padrões da eficiência energética na construção e na renovação.



FRANÇA

FEDER apoia investimentos em energia sustentável na habitação social

Durante o período de programação 2007-2013, as regiões francesas reprogramaram massivamente os programas do FEDER de modo a financiar a renovação energética na habitação social. Foi criado um instrumento financeiro específico (*éco-prêt logement social*) destinado a acelerar as renovações energéticas e os fundos do FEDER foram utilizados como recurso financeiro adicional num instrumento de subvenções. Com uma média de investimento do FEDER de 3 276 euros por lar (17% do investimento total), perto de 60 000 agregados familiares beneficiaram de um melhor desempenho energético e foram criados cerca de 15 000 empregos a nível local.

O Plano francês de Renovação Energética na Habitação, lançado em 2013, definiu metas ambiciosas para a renovação de 500 000 lares por ano, com vista a responder a problemas ambientais, económicos e sociais (pobreza energética).



Com o apoio da política de coesão, a UE disponibiliza, atualmente, todo o quadro político para o desenvolvimento de eficiência energética e ainda faculta a ligação em falta – o financiamento.

Além do financiamento

O apoio da política de coesão vai muito além do financiamento. Este sublinha as principais condições de capacitação, como a assistência técnica, o desenvolvimento de capacidades e o apoio a um maior recurso aos instrumentos financeiros, conforme demonstram algumas das iniciativas referidas.

A política é também importante para que se tenha em consideração a dimensão territorial. As estratégias macrorregionais da UE (para o Mar Báltico, o Danúbio, o Adriático-Jónico e os Alpes), bem como os programas da Cooperação Territorial Europeia – INTERREG – podem também desempenhar um papel importante neste sentido, ao promover e apoiar ainda mais as questões energéticas, incluindo o intercâmbio de conhecimento e de experiências. A política de coesão oferece, igualmente, um apoio específico para o desenvolvimento urbano integrado e para o planeamento transfronteiriço.

Futuro

As necessidades de investimento na área da energia são enormes e o objetivo final da política é garantir que as falhas no mercado são solucionadas de modo a que possam ser criados mercados viáveis. Simultaneamente, o objetivo global de coesão económica, social e territorial da política de coesão tem que ser tido em consideração. Ao longo de muitos anos de experiência na gestão do desenvolvimento regional em toda a Europa, a Comissão desenvolveu uma reserva de conhecimentos regionais e locais e está na posição ideal para apresentar uma abordagem integrada entre políticas.

De facto, em linha com alguns dos principais objetivos da União da Energia, os investimentos da política de coesão irão ajudar a reduzir os dispendiosos custos da importação de energia, a diversificar as fontes de energia, a combater a pobreza energética, a reduzir as emissões, a criar emprego e a apoiar as pequenas e médias empresas. Os investimentos no setor da energia irão, igualmente, apoiar o crescimento regional e criar oportunidades de negócio para muitas empresas, incluindo as PME no setor da construção. Deste modo, a política de coesão irá contribuir para as cinco dimensões da União da Energia.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/low-carbon-economy/

▶ OS FUNDOS DA UE MOBILIZAM-SE PARA AJUDAR A GRÉCIA A CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A Grécia enfrenta atualmente um dos momentos mais importantes da sua história recente. Neste contexto, o anúncio do plano Empregos e Crescimento pela Comissão cria perspectivas de desenvolvimento de uma economia produtiva e inovadora que irá sublinhar a coesão e um futuro sustentável.

Com o acordo sobre o novo programa de ajuda à Grécia, a Comissão anunciou um pacote superior a 35 mil milhões de euros do orçamento da UE para a promoção do emprego e do crescimento da economia grega até 2020.

Um importante contributo para este montante virá dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE). Através dos programas operacionais adotados em dezembro último, a Grécia está em posição de receber mais de 20 mil milhões de euros no período 2014-2020 para apoiar o investimento em investigação e inovação, TIC, competitividade das PME, eficiência energética, desenvolvimento urbano sustentável, educação e inclusão social.

Estão a ser feitos todos os esforços para garantir que a Grécia ultrapassa as dificuldades que vive atualmente e que entra numa recuperação sustentável. Para voltar a colocar a economia grega no caminho do crescimento, o plano de investimento está a ser implementado de modo a permitir que os recursos da UE, em especial os Fundos EIE, possam atuar como um catalisador para outros investimentos privados e públicos a nível nacional. O plano foi concebido para proporcionar às empresas gregas oportunidades de crescimento no mercado, permitir o florescimento da inovação e das capacidades tecnológicas e explorar as vantagens competitivas do país, ao mesmo tempo que melhora o desempenho do setor público e a prestação de serviços aos cidadãos.

UE apoia o investimento público

Durante 34 anos de adesão à UE, a Grécia tem beneficiado muito da solidariedade europeia. Desde a adesão em 1981, as políticas de coesão, rural e das pescas investiram mais de 73 mil milhões de euros de assistência comunitária na Grécia (até ao fim de 2014).



▶ DA ESQUERDA PARA A DIREITA:
VALDIS DOMBROVSKIS, Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pelo Euro e pelo Diálogo Social;
CORINA CREȚU, Comissária da Política Regional;
GIORGIOS STATHAKIS, Ministro grego da Economia, Infraestruturas, Transporte Marítimo e Turismo.

JEREMIE APOIA EMPRESAS EMERGENTES TECNOLÓGICAS

Durante o período 2007-2013, as empresas tecnológicas em fase de arranque na Grécia receberam ajudas de uma série de fundos de capital de risco para as TIC garantidos pela UE.

O financiamento para estas empresas digitais veio através da iniciativa JEREMIE, com a criação de um Fundo de Participação JEREMIE (JHF) na Grécia, um instrumento utilizado para canalizar fundos do FEDER e do Fundo Europeu de Investimento. Em virtude disto, foram criados quatro fundos de capital de risco (financiados no âmbito do programa operacional do FEDER «Convergência Digital» e atraindo 30% de capital privado).

Até junho de 2015, o total de fundos do JHF para a criação de 45 empresas inovadoras ascendia a 20,3 milhões de euros. As empresas em fase de arranque colocam maior ênfase nas aplicações digitais em áreas como o turismo, entretenimento, edição musical, retalho, produtos biotecnológicos e recrutamento. Saiba mais acerca de dois projetos de sucesso financiados pelo JHF – Discoveroom, ilustrado na página seguinte, e Incrediblu, no artigo [da página 42](#).

Embora estes fundos tenham dado um importante contributo para o reforço da coesão económica, social e territorial da Grécia, ainda há muito para fazer em termos de modernização e diversificação da economia do país, nomeadamente através da promoção da inovação e do empreendedorismo direcionado para as PME. Paralelamente, o setor público precisa de ser modernizado de modo a apoiar o desenvolvimento económico e as necessidades sociais.

Este financiamento também constituiu um importante apoio durante a atual crise económica, representando aproximadamente 85% do investimento público total no país em 2013. Sem a política de coesão, o PIB de 2013 teria ficado 3,3% abaixo do nível atual.

DISCOVEROOM

O projeto Discoveroom desenvolveu uma inovadora aplicação para pequenos alojamentos, estabelecimentos de pernoita e pequeno-almoço e pensões, que fornece aos proprietários todas as ferramentas necessárias para gerirem e comercializarem os seus negócios. Em menos de dois anos, a aplicação é já utilizada por mais de 2 000 proprietários de alojamentos e a empresa expandiu as suas atividades internacionalmente, atraindo clientes de mais de 50 países. A empresa em fase de arranque recebeu duas rondas de financiamento – fundos de pré-arranque, em outubro de 2013, e fundos de lançamento, em julho de 2014.



Investimento orientado para o futuro

O pacote de assistência de 35 mil milhões de euros anunciado pela Comissão para o período 2014-2020 inclui 20 mil milhões de euros dos Fundos EIE e mais de 15 mil milhões de euros para pagamentos diretos aos agricultores e para medidas de apoio aos mercados agrícolas.

O Plano Empregos e Crescimento ajudará ao investimento nas pessoas e nas empresas em benefício da economia grega, possibilitando uma estratégia sustentável de saída da crise. As autoridades gregas podem agora começar a responder a estes objetivos através de projetos de alta qualidade que melhorem a inovação ou o investimento produtivo nas PME,



Investimento total:
500 000 EUR

Parcela do Fundo de Participação JEREMIE:
350 000 EUR

Ações concretas

Os projetos financiados pela UE têm apoiado virtualmente todas as esferas da vida na Grécia. A UE investiu aproximadamente 5 mil milhões de euros em infraestruturas desde novembro de 1992, permitindo, por exemplo, que milhares de atenienses se desloquem para o trabalho de metro. Milhões de turistas podem visitar o Museu da Acrópole, que abriu portas em 2009, graças ao apoio da UE. Dezenas de milhares de estudantes gregos beneficiam das centenas de novas escolas construídas com fundos da UE. Aproximadamente 990 000 cidadãos colhem os benefícios de projetos na área da água e mais 350 000 pessoas beneficiam das melhorias no tratamento de águas residuais. A cobertura de Internet de banda larga foi alargada a mais 800 000 cidadãos.

No período 2007-2013, o FEDER também atribuiu mais de 334 milhões de euros à melhoria de infraestruturas hospitalares e de cuidados de saúde primários. A Comissão está, igualmente, a trabalhar para combater as consequências das inundações que afetaram o centro da Grécia e a Bacia do Evros.

melhorem a eficiência energética ou criem infraestruturas fundamentais. A UE pode também facilitar o intercâmbio de boas práticas, assistência técnica ou a melhoria da capacidade administrativa.

Todas estas ações visam a criação das bases para uma economia produtiva e inovadora, capaz de proporcionar um futuro sustentável para os seus cidadãos e que permita aos seus empreendedores talentosos competirem efetivamente no mercado global.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/news/2015/07/a-new-start-for-jobs-and-growth-in-greece-commission-mobilises-more-than-eur35-billion-from-the-eu-budget



▶ TESSÁLIA FOCA-SE NO FUTURO



A região grega da Tessália não evitou a crise económica que afeta o país, mas os fundos da UE têm vindo a aumentar a sua resiliência. O Dr. Kostas Agorastos, Governador Regional da Tessália, fala sobre como a cooperação regional, a política de coesão e os fundos da UE estão a ajudar a aliviar os efeitos da dívida nacional.

▶ Enquanto Presidente das Regiões gregas, como acha que a cooperação entre regiões, na Grécia e noutros Estados-Membros, pode ser promovida?

A cooperação regional e os programas conjuntos, maioritariamente cofinanciados pela UE, são cruciais para aproximar as regiões da Europa. Nós participamos em programas de cooperação transnacional e continuaremos a envolver-nos em novas iniciativas no novo período de programação.

As regiões gregas estão, igualmente, a trabalhar com organismos locais noutras regiões da UE para promover a cooperação e o desenvolvimento de empresas, com vista a melhorar a economia regional e levar os benefícios até aos cidadãos e ao ambiente. No período de 2014-2020, esta cooperação está já a ser incorporada através de estratégias regionais de especialização inteligente.

▶ Com a adoção do Programa Operacional Regional (POR) da Tessália para 2014-2020 em 18 de dezembro de 2014, quais foram os passos que se seguiram?

Têm sido dados passos significativos rumo ao início da implementação dos programas tanto a nível nacional como

regional, como a aprovação da lei sobre a gestão, o controlo e a implementação dos programas de desenvolvimento para 2014-2020.

Em meados de 2015, realizaram-se as primeiras reuniões dos comités de monitorização do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2014-2020, nas quais foram aprovados os setores de especialização e os critérios de financiamento. Estamos agora a preparar os convites à apresentação de propostas de projetos.

Todas as regiões estão também a desenvolver um conjunto de ações relativas a regulamentos legislativos e institucionais. O objetivo da Tessália é prosseguir com os programas que possam ser implementados de imediato. Quanto aos restantes programas, todas as regiões estão a trabalhar com os ministérios relevantes de modo a que não se verifiquem atrasos para os cidadãos nem para os mercados locais.

Na sequência da conclusão da Estratégia para a Inclusão Social e Combate à Pobreza e do Plano Regional de Tratamento de Resíduos Sólidos, introduziu-se uma orientação para a especialização com a primeira fase piloto das Estratégias Regionais para a Especialização Inteligente (RIS3). Um segundo comité de monitorização do programa, no outono de 2015, visa também dar início a um novo pacote de ações, tendo como principal objetivo envolver os organismos locais e a sociedade civil em cada fase.

A estratégia de desenvolvimento da região quer combater a tendência negativa da sua trajetória socioeconómica e procura reorientar o seu modelo de desenvolvimento para um que seja inteligente, sustentável e inclusivo. A estratégia baseia-se no POR 2014-2020 e no financiamento que se espera que venha a ser direcionado para a região pelos programas setoriais.

► **Uma importante alteração na aplicação da política de coesão na Grécia é o facto de cada região estar a gerir o seu próprio programa. Como é que as regiões preparam este novo desafio?**

Desde o QREN de 2007-2013 que as regiões têm mostrado que podem aumentar a absorção dos fundos, terminar projetos incompletos, acelerar a implementação e canalizar recursos para a economia. O sucesso registado até à data deve-se ao facto de cada região ter o seu próprio programa. Todavia, são necessárias reformas para evitarmos a burocracia. Precisamos de um processo de consenso e de transferência de responsabilidades, de modo a que os programas setoriais que afetam as regiões possam ser planeados com propostas abrangentes que tenham um valor acrescentado específico.

É preciso cautela na qualidade da governação democrática, criando um setor público moderno e impessoal, com procedimentos rápidos e simplificados, mas capaz de responder aos desafios e aos problemas sociais mais importantes.

► **A Grécia está a ter dificuldades para sair da crise. Como é que a política de coesão pode promover o crescimento e a criação de emprego na Tessália?**

A crise chegou à Tessália mais tarde do que a outras regiões, mas com uma gravidade acrescida. Desde o arranque do programa do QREN, em 2011, e através da participação em projetos financiados através de programas setoriais, a Tessália já obteve resultados apreciáveis. O aumento na taxa de absorção do financiamento de 19% para 86% e a velocidade de implementação dos projetos são dois desses resultados. A conclusão de obras, como grandes eixos rodoviários, hospitais, projetos culturais, defesas contra inundações e projetos educativos são alguns exemplos de como o governo regional é capaz de aplicar a política de coesão.

Todavia, as regiões dependem do financiamento estatal e há também problemas com o encerramento do QREN de 2007-2013. A situação de financiamento que enfrentamos é irregular e precisamos de uma alteração estrutural no financiamento, caso contrário, o nosso país poderá continuar a enfrentar problemas. Os projetos vão ficar cada vez mais atrasados, haverá perda de postos de trabalho, as competências empresariais vão estagnar, a competitividade manter-se-á baixa e o país registará um menor crescimento. Talvez tenhamos de considerar pagamentos antecipados para concretizarmos os nossos projetos. Precisamos de uma prorrogação do QREN de 2007-2013 por um período de um ano.

Consideramos que é absolutamente necessário proceder a alterações no financiamento para o desenvolvimento do empreendedorismo, da investigação, da inovação e do crescimento. Para que o Acordo de Parceria para 2014-2020 proporcione uma verdadeira assistência, deverá haver uma alteração no financiamento ou teremos problemas tanto no lançamento de novos projetos como na conclusão do QREN de 2007-2013, com graves consequências para a nossa economia e para a nossa sociedade. A redução das despesas na Grécia fala por si. Se queremos criar empregos, temos de pôr fim à deterioração do nível de vida.



► A nova estrada nacional entre Trikala e Larissa irá melhorar as ligações de transportes e os tempos de viagem.

► ESQUERDA: O novo jardim de infância de Volos foi construído segundo uma conceção bioclimática, utilizando energia solar e um sistema de aquecimento e refrigeração energeticamente eficiente.

► **Agora que as autoridades gregas concluíram a estratégia de inovação e investigação para a especialização inteligente, quais são os principais objetivos para a Tessália?**

A Estratégia de Inovação Regional para a Tessália baseia-se em dois pilares principais, à volta dos quais se irão desenvolver atividades complementares.

O primeiro pilar é o agroalimentar, enquanto o segundo se centra nos setores dos metais e da construção. A promoção do turismo está organizada como uma atividade complementar e irá desenvolver o potencial económico da cultura da Tessália. O papel das outras atividades complementares – produção de energia, poupança de energia e gestão ambiental – irá reforçar a economia circular.

As avançadas tecnologias de saúde e a experiência local significativa nas áreas da medicina desportiva, ortopedia, fisioterapia e reabilitação são pontos de diferenciação para a economia da Tessália e apresentam potencial para a atividade empresarial. Estamos atualmente a afinar o Plano de Ação RIS3 e queremos utilizar de imediato os recursos disponíveis no POR de 2014-2020 para a Tessália, com uma ação piloto a ser anunciada em breve, e queremos que o RIS3 seja a base para a procura de recursos de outros programas setoriais do QREN. Estamos certos de que a abordagem ascendente que há muito empreendemos na nossa região alcançou os melhores resultados no planeamento da nossa estratégia, visando a promoção das empresas e ajudando a obter os melhores resultados económicos para a Tessália.

▶ REGIÕES PIONEIRAS PARA O CRESCIMENTO FUTURO



Markku Markkula, membro do Conselho Municipal de Espoo, na Finlândia, foi eleito Presidente do Comité das Regiões da UE no início do ano para um mandato de dois anos e meio. Ele falou com a *Panorama* sobre os seus objetivos para as regiões da Europa e apoia o método da especialização inteligente.

▶Ao assumir o controlo como novo Presidente do Comité das Regiões, onde vê os principais desafios para as regiões da Europa?

O relançamento do investimento público e privado para o crescimento e a inovação é o principal desafio. Como líderes regionais e locais, sabemos qual a urgência deste apelo. São precisos objetivos claros, financiamento adequado e novas parcerias entre a UE, os governos nacionais, as regiões, as cidades e o setor privado.

A lista de objetivos partilhados para os investimentos é clara e inclui áreas políticas, como a sustentabilidade urbana, a inovação industrial e societária, o apoio ao empreendedorismo, a eficiência energética e a segurança, a economia digital e a inclusão. O financiamento e as parcerias devem ser mobilizados em torno das nossas duas ferramentas principais: a política regional da UE – com a sua capacidade de 350 mil milhões de euros e uma abordagem estratégica única e estruturada – e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.

Dentro destes âmbitos, precisamos de nos focar, especialmente, nos ecossistemas empresariais regionais. Pela minha experiência, a Europa precisa agora de um forte empenho e compromisso das partes interessadas para com experiências e projetos pilotos de inovação – o tempo e o dinheiro não devem ser gastos em planeamento, planeamento e mais planeamento. Precisamos de um Índice de Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional concreto, que seja ativamente utilizado em todas as parcerias europeias.

▶Qual é a sua opinião sobre o impacto a longo prazo dos recentes acontecimentos políticos na Europa – em particular a crise na Grécia – na relação entre as regiões da UE? O que pode ser feito para ultrapassar isto?

As regiões e as cidades de vários países enfrentaram e ainda enfrentam cortes financeiros sem precedentes e isto acontece no preciso momento em que as comunidades locais estão enfraquecidas pela recessão e precisariam de um apoio mais forte. Por conseguinte, é da maior importância que todas as melhores políticas de crescimento da UE lhes sejam disponibilizadas da forma mais rápida e eficiente. O plano anunciado para mobilizar e acelerar a política regional da UE no sentido de apoiar o crescimento e o emprego na Grécia é um primeiro passo importante na direção certa. No Comité das Regiões da UE, envidaremos todos os esforços para apoiar as administrações locais e regionais da Grécia na identificação dos melhores conceitos e estratégias de criação de emprego e de oportunidades empreendedoras para os cidadãos, reforçando assim a coesão.

▶Em que medida é que a abordagem da política regional reformada – para incentivar as regiões a identificar e a capitalizar as suas vantagens específicas através daquilo que é conhecido como a «abordagem da especialização inteligente» – irá ajudar efetivamente a criar novos empregos e a fazer crescer as regiões da Europa?

Estou entre os primeiros apoiantes da ideia global da especialização inteligente. Na Finlândia, pude ver o que funciona e o que não funciona e estou convencido de que a especialização inteligente tem um enorme potencial para mobilizar recursos locais numa estratégia adaptada e inclusiva com vista ao crescimento e à inovação. Todas as regiões precisam de manter algumas prioridades e construir parcerias europeias fortes.

Também acredito que a maioria dos atuais líderes regionais e locais estão «convertidos» a esta abordagem e a tentam pôr em prática. Todavia, com pequenos passos incrementais não se consegue alcançar os progressos necessários. O problema é que precisamos de ser capazes de dizer «não»



PARCEIROS NO INVESTIMENTO E NO CRESCIMENTO

O OPEN DAYS 2015 decorre de 12 a 15 de outubro sob o lema «**REGIÕES E CIDADES DA EUROPA: PARCEIROS NO INVESTIMENTO E NO CRESCIMENTO**».

Tal como o OPEN Urban Day, a Universidade OPEN DAYS e os Prémios RegioStars 2015, o OPEN DAYS 2015 concentra-se em três temas:

- 1. MODERNIZAR A EUROPA:** As regiões da União da Energia e do Mercado Único Digital.
- 2. REGIÕES ABERTAS AO MUNDO EMPRESARIAL:** Desenvolvimento de PME, inovação e criação de emprego.
- 3. LUGARES E ESPAÇOS:** Desenvolvimento urbano e rural, integração urbano-rural.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/opendays/

a boas propostas e opções que não sejam compatíveis com estas estratégias, uma vez que as nossas metas devem ser de médio e longo prazo.

▶ Como é que vê a evolução da sua instituição, nomeadamente no que respeita ao apoio das prioridades da agenda de crescimento da Europa: através de investimentos na economia real, na economia assente num baixo nível de emissões de carbono, na investigação e na inovação?

A economia real, a sustentabilidade e a inovação têm uma forte dimensão local. Por esta razão, o Comité das Regiões está empenhado em contribuir para moldar, implementar e monitorizar as políticas da UE em três áreas. As perguntas prementes na economia real relacionam-se com o que deve ser feito para reduzir as emissões nas nossas cidades e indústrias. Isto requer uma crescente inovação em todas as nossas sociedades e empresas. A Europa precisa de um forte movimento participativo. Isto pode ser concretizado incentivando cada região a ser pioneira na sua própria área de prioridade com base na especialização inteligente. Para

darmos uma ajuda, precisamos de parcerias europeias fortes. O papel do Comité das Regiões é crucial não só pela emissão de pareceres qualificados e sólidos, mas também através de iniciativas novas e especializadas, como as plataformas de partilha de conhecimento, as parcerias interinstitucionais – como o plano de ação conjunta lançando em cooperação com o Banco Europeu de Investimento para o Plano Juncker – e a participação de grupos de trabalho de simplificação.

▶ Quais são as suas expectativas em relação ao OPEN DAYS 2015?

O OPEN DAYS deste ano irá permitir-nos avaliar o lançamento dos programas operacionais da política de coesão para o período 2014-2020, adquirindo uma melhor perceção de como as prioridades emergentes se traduziram em estratégias e projetos reais no terreno. Não consigo imaginar nenhum outro evento que incorpore melhor e de forma mais tangível a ideia da união na diversidade, de partilha de valores, objetivos e ferramentas comuns, ao mesmo tempo que se concebem soluções diferentes e específicas para ultrapassar problemas e aproveitar oportunidades.

EUROPEAN UNION



▶ SAIBA MAIS
www.cor.europa.eu

Committee of the Regions

▶ ESLOVÁQUIA PRONTA A LIDERAR



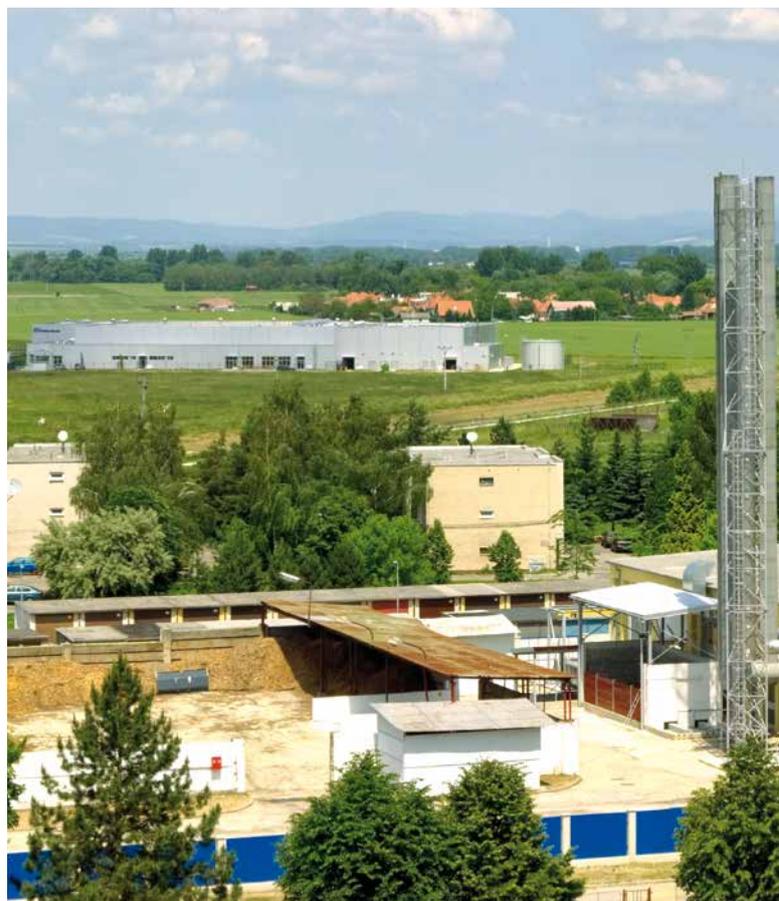
Em vésperas de assumir pela primeira vez a presidência do Conselho da UE, a Eslováquia tem uma opinião positiva em relação ao progresso proporcionado pela política de coesão e irá colocar a tônica na convergência regional em toda a UE. A *Panorama* falou com o Vice-Primeiro-Ministro para os Investimentos Lubomír Vážny.

▶ **A Comissão Europeia adotou o Acordo de Parceria com a Eslováquia em junho de 2014. Quais os passos dados desde essa data?**

A aprovação do Acordo de Parceria foi seguida pela aprovação dos programas eslovacos, o que permitiu dar início às atividades de reforço do crescimento e do emprego.

Um importante passo para a concretização dos objetivos do programa eslovaco foi a adoção de legislação na área das subvenções dos fundos da UE. O governo eslovaco aprovou o sistema de gestão dos Fundos EIE, cujo objetivo é assegurar a aplicação concertada de normas baseadas na legislação europeia e eslovaca em matéria dos Fundos EIE. Simultaneamente, este sistema reflete as experiências da implementação do período de programação 2007-2013 e os requisitos em matéria de transparência e de combate à corrupção na concessão de subvenções dos fundos da UE. Desenvolvemos também várias orientações metodológicas para facilitar a implementação dos fundos da UE.

Os programas operacionais Infraestruturas Integradas, Qualidade do Ambiente e Investigação e Inovação foram aprovados em outubro de 2014. Estes três programas operacionais fizeram parte dos primeiros 10 programas operacionais aprovados em todos os Estados-Membros, o que representa um grande êxito para a Eslováquia. Outros programas operacionais eslovacos foram sendo sucessivamente aprovados até ao fim de 2014.



▶ **Quais são as principais alterações relativamente aos programas operacionais (PO) por comparação com o período 2007-2013? Qual o nível de importância dos fundos de coesão da UE desde a adesão da Eslováquia há 11 anos?**

O período de programação de 2014-2020 trouxe mudanças que estão refletidas no reduzido número de programas eslovacos, tendo em conta a necessidade de concentração e de uma interligação temática mais estreita da política de coesão com o cumprimento dos objetivos da Estratégia Europa 2020. A ênfase recai sobre os resultados e o quadro executivo através da definição de objetivos claros e mensuráveis. A possibilidade de financiar um único PO a partir de vários fundos e de introduzir condicionalidades *ex ante* foi utilizada. A abordagem integrada do desenvolvimento territorial será mais usada. Uma novidade é a «coesão eletrónica», no âmbito da qual as comunicações serão exclusivamente efetuadas por via eletrónica.

A importância da política de coesão é visível na Eslováquia 11 anos após a adesão à UE. Podemos encontrar resultados positivos de projetos financiados pela UE em todas as regiões. Os efeitos desta política são igualmente evidentes na redução do impacto da crise global na economia eslovaca, nomeadamente no mercado de trabalho.

▶ **Em que medida é que os organismos locais e regionais estão envolvidos na gestão dos vários PO na Eslováquia?**

Tal como o princípio da parceria foi totalmente aplicado no processo de preparação do Acordo de Parceria e nos programas

► A utilização de biomassa para a produção de aquecimento em Vrábke.



individuais, este será igualmente mantido durante a implementação no período de programação de 2014-2020.

No âmbito do PO Regional Integrado, as unidades territoriais maiores e as capitais regionais serão organismos intermédios na Eslováquia. Cabe-lhes a tarefa de desenvolver e implementar estratégias territoriais regionais integradas (RITS) nos três territórios NUTS. A estratégia do desenvolvimento urbano sustentável faz parte do modelo das RITS, cujas medidas serão implementadas em oito capitais regionais. Os investimentos territoriais integrados serão implementados através das RITS.

As subvenções globais temática e territorialmente orientadas também serão usadas, em particular para organizações não governamentais sem fins lucrativos. Em cumprimento do princípio de parceria e de não discriminação, as autoridades locais e regionais têm representantes em todos os comités de monitorização relevantes e em diversos grupos de trabalho.

► Que resultados espera obter no final do período de sete anos?

Um grande desafio é conseguir que as regiões menos desenvolvidas alcancem uma verdadeira convergência. Ao utilizarmos políticas estruturais coordenadas, queremos melhorar o ambiente de inovação, utilizar na íntegra o potencial das tecnologias de informação e da comunicação, introduzir uma administração pública inteligente e expandir as competências digitais. Precisamos de nos concentrar em garantir uma rede de infraestruturas acessíveis, sustentáveis e de qualidade em

toda a Eslováquia. Em matéria de recursos humanos, iremos colocar a tónica na reestruturação do ensino secundário e superior e da formação profissional, de modo a responder de forma efetiva às necessidades do mercado de trabalho.

O nosso objetivo é responder a problemas sociais, como a inclusão dos jovens em condições de mudança, a inclusão social de grupos marginalizados, o envelhecimento da população e a qualidade de vida, à redução das emissões e à adaptação às alterações climáticas.

Acredito firmemente que todas as nossas resoluções para o período de programação de 2014-2020 serão transformadas no tipo de resultados que levam ao crescimento e à criação de novos empregos em todas as regiões eslovacas.

► A Eslováquia vai assumir a presidência rotativa do Conselho da UE pela primeira vez em 2016. Prevê alguma atividade específica em termos de política europeia regional e urbana?

A Eslováquia irá assumir a presidência do Conselho da UE de forma transparente e responsável. Em 2016, a Eslováquia irá apresentar à Comissão Europeia a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual, os primeiros relatórios sobre os programas e instrumentos financeiros do Fundo EIE para o período de 2014-2020 e um relatório sobre os resultados da avaliação *ex post* do período de 2007-2013. A par disso, esperamos intensas discussões sobre a eficácia da política de coesão, do seu contributo para a concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e a direção a seguir após 2020. A Presidência eslovaca quer provar a importância da política de coesão como a principal política de investimento da UE para a redução das disparidades regionais e para apoiar propostas que permitam a simplificação da sua implementação e a redução da carga administrativa.

Em termos de política regional, estamos a planear vários eventos de destaque na Eslováquia: uma conferência sobre a política de coesão da UE, o Fórum Anual da Estratégia da UE para a Região do Danúbio e a cimeira do Comité das Regiões. Também está planeada a Conferência Mundial HABITAT III sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano. Neste fórum, iremos concentrar-nos em garantir uma posição construtiva dos Estados-Membros na preparação dos documentos de conclusão da conferência e na adequada visibilidade da agenda urbana da UE.

▶ ESTÓNIA: ÊNFASE NA COMPETITIVIDADE E NO CRESCIMENTO



Durante o período de 2007-2013, a Estónia foi um dos países que liderou a absorção dos fundos da UE. A *Panorama* falou com o Ministro das Finanças, Sven Sester, sobre como é que a Estónia beneficiou com a política de coesão e sobre as prioridades do país para o novo período de programação.

▶ Para além do excelente processo financeiro, quais foram as principais realizações da política de coesão na Estónia?

Os Fundos Estruturais tiveram um importante impacto no desenvolvimento da Estónia. A atenção tem recaído sobre o reforço do crescimento da nossa economia através de incentivos às exportações e à inovação e da modernização das nossas infraestruturas básicas em várias áreas. O financiamento da UE fez com que o número de empresas exportadoras e o volume de negócios das exportações duplicasse.

Todavia, os efeitos dos fundos da UE não se limitam às estatísticas e a valores económicos. Estes são tangíveis na vida quotidiana e visíveis em todo o país. A estrada que se percorre, o serviço ferroviário que se utiliza, o acesso a água potável, a Internet que chega a casa, os serviços eletrónicos que permitem interagir com o Estado em apenas alguns cliques, em vez de horas – os investimentos da UE transformaram a Estónia num lugar melhor tanto para as empresas como para as pessoas.

Colocamos uma ênfase significativa na nossa agenda digital e os fundos da UE contribuíram para transformar a Estónia numa das mais avançadas sociedades eletrónicas do mundo, através do apoio ao desenvolvimento de infraestruturas, redes e aplicações para serviços online. Em virtude disto, 77% dos estónios utilizam a Internet e os cidadãos utilizam de forma rotineira os serviços eletrónicos para votações, pagamento de impostos, assuntos de polícia, cuidados de saúde, banca e ensino (*consulte a [Panorama 52](#)*).

Também estamos cientes de que, além das infraestruturas e das empresas, temos de investir nas nossas pessoas e os

fundos da UE continuam a desempenhar um papel crucial no nosso mercado de trabalho, nas reformas educativas e sociais. Por exemplo, modernizámos 90% das escolas profissionais de modo a responder às atuais necessidades da economia.

A Estónia foi duramente atingida pela crise económica e financeira, mas a disponibilidade dos fundos da UE e a possibilidade de rapidamente redesenhar instrumentos de apoio ajudaram a economia a adaptar-se e a recuperar.

▶ Quais são as principais lições aprendidas? Como é que estas afetaram a programação para o período de 2014-2020?

Com base na experiência, concordámos com dois grandes princípios para 2014-2020: os Fundos EIE são uma alavanca pontual e um foco na obtenção de resultados. O objetivo não pode ser apenas gastar dinheiro e ter uma baixa taxa de erro. A utilização dos fundos deve promover uma mudança estrutural no desenvolvimento, aumentando a eficiência, a eficácia ou a qualidade numa área, setor ou indústria e conduzindo a impactos de longo prazo (por exemplo, iniciação e implementação de reformas estruturais e de projetos-chave).

Estamos satisfeitos por a política de coesão estar agora estreitamente ligada à Europa 2020, a recomendações específicas para cada país e a um comportamento fiscalmente responsável dos Estados-Membros.

▶ Qual é a estratégia de investimento para o FEDER, o Fundo de Coesão e o FSE para 2014-2020? Quais os resultados esperados?

Acreditamos veementemente que todos os fundos da UE e nacionais devem ser planeados em conjunto e de forma integrada com os objetivos da UE e nacionais.

O enfoque estratégico consiste em contribuir para os objetivos da Europa 2020 – e para o seu homólogo nacional, a «Estónia 2020». Na fase de programação, a Estónia prestou muita atenção à análise das nossas necessidades de desenvolvimento para os próximos 7-10 anos e não apenas em áreas elegíveis para o apoio da UE, mas para o país como um todo – uma vez que o apoio da UE não é algo separado,

mas, sim, uma importante fonte de financiamento a par do financiamento público nacional. Utilizámos também a possibilidade de termos apenas um programa operacional, em vez dos anteriores três, de modo a melhorar a coordenação entre as autoridades nacionais e os diferentes fundos, assegurando assim uma utilização integrada e eficiente dos fundos da UE.

A nossa abordagem é muito orientada pela expectativa de que os investimentos da política de coesão devem melhorar a nossa competitividade e contribuir para o desenvolvimento económico.

Cerca de um terço dos fundos serão utilizados na área da economia internacionalmente competitiva, com uma forte componente de conhecimento. Estamos a criar oportunidades para que empreendedores e instituições de I&D desenvolvam produtos e serviços novos e inovadores, cresçam e acedam a novos mercados de exportação. A produtividade das nossas PME deverá aumentar 40% e o número de empresas exportadoras deverá crescer 25%.

Um terço será investido na educação, no emprego e na inclusão social. O principal objetivo será garantir melhores qualificações para a população em idade ativa e aumentar a sua competitividade no mercado de trabalho.

O último terço será investido em infraestruturas básicas – multimodalidade dos transportes, ligações de TIC e eficiência energética.

▶ **A Estónia utilizou instrumentos financeiros na área do apoio às empresas e eficiência energética na habitação durante o período de 2007-2013. Além disso, a Estónia planeia aumentar a percentagem de instrumentos financeiros e alargar as áreas de utilização. Com base na experiência, quais são as vantagens de utilizar instrumentos financeiros na política de coesão?**

Com os orçamentos públicos sob crescentes pressões financeiras, a Estónia vê os instrumentos financeiros como uma importante forma de aliviar essas pressões e garantir a sustentabilidade a longo prazo, apoiando diferentes áreas políticas. Queremos facilitar o desenvolvimento, não promover a dependência das ajudas. As subvenções nem sempre são a forma mais sustentável de aumentar a competitividade dos beneficiários ou do estado no geral.

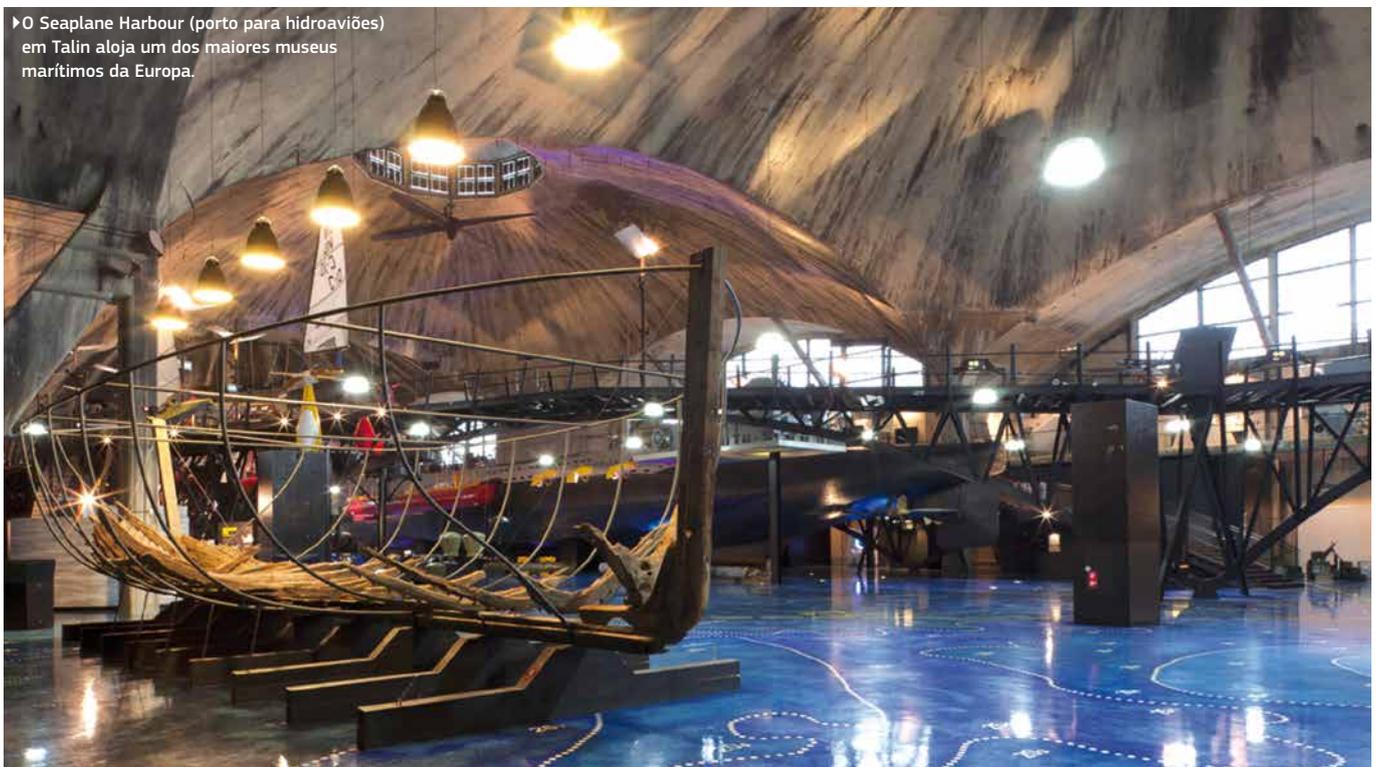
A Estónia tem o maior número de empresas emergentes per capita da Europa – testemunho de como é fácil criar uma empresa no país. Para que estas continuem a crescer na Estónia, vimos o impacto positivo da criação do Fundo de Inovação para a Região do Báltico em conjunto com outros países bálticos e do investimento dos recursos resultantes dos instrumentos financeiros da UE. Isto demonstra como é que a utilização de instrumentos financeiros pode ter um efeito verdadeiramente multiplicador e um impacto rotativo na economia.

Espera-se que os investimentos dos Fundos EIE através de instrumentos financeiros dupliquem, no mínimo, por comparação com 2007-2013, sendo que esta é também a meta discutida a nível da UE. Serão disponibilizados maiores volumes de capital às empresas e prevê-se uma nova vertente no sentido de que o apoio aumente a eficiência de recursos nas empresas. Continuaremos, igualmente, a monitorizar outras áreas e a explorar mais possibilidade de utilização de instrumentos financeiros adicionais durante o período de financiamento.

▶ **SAIBA MAIS**

www.strukturifondid.ee/en/

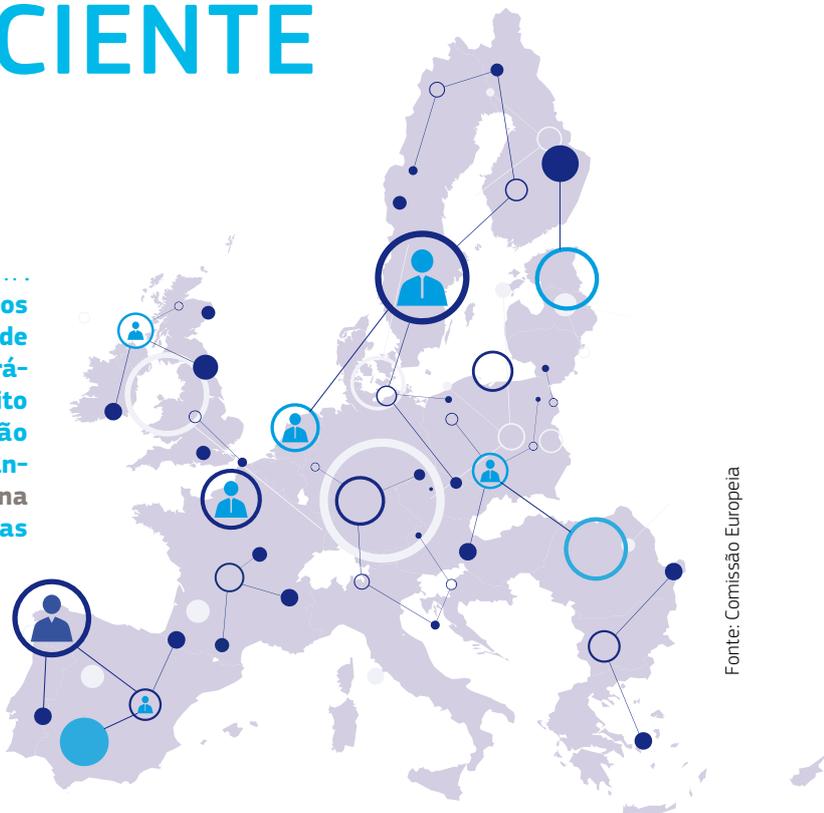
▶ O Seaplane Harbour (porto para hidroaviões) em Talin aloja um dos maiores museus marítimos da Europa.



▶ FOMENTAR UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

ORIENTAÇÕES E MELHORES PRÁTICAS NA LIDERANÇA

Os peritos costumam dizer que para conseguir fundos da UE é preciso ter um bom projeto que, para além de favorecer o beneficiário direto, seja igualmente favorável à comunidade mais alargada; não obstante, o êxito dependerá essencialmente de uma administração capaz. É por esta razão que, desde o início do seu mandato, a Comissária da Política Regional da UE, **Corina Crețu**, tem reiterado que as administrações públicas dos Estados-Membros e das regiões devem funcionar de forma estável como condição prévia ao financiamento da política de coesão, de modo a conseguirem o maior impacto tangível no terreno. Verifica-se, atualmente, uma crescente perceção entre os Estados-Membros de que o reforço da capacidade administrativa e a melhoria da governação são essenciais para obter bons resultados nos investimentos apoiados pela UE.



Fonte: Comissão Europeia

A Comissão e a sua Direção-Geral da Política Regional e Urbana estão a melhorar a forma como os fundos são investidos e geridos no período de 2014-2020. O Grupo de Trabalho para uma Melhor Implementação tem conseguido uma excelente cooperação por parte dos países envolvidos, o que tem conduzido a importantes resultados em matéria de redução do risco de perda dos fundos da UE. Além disso, o Centro de competências para a construção de capacidade administrativa da DG tem vindo a implementar outras iniciativas destinadas a apoiar as administrações nacionais, regionais e locais no desenvolvimento da sua capacidade administrativa para gerir os investimentos cofinanciados pela UE.

PEER 2 PEER dá os seus primeiros frutos

Em março de 2015, a **Comissária Corina Crețu** lançou oficialmente a nova ferramenta de facilitação dos intercâmbios entre pares para os organismos responsáveis pela gestão dos fundos da UE – REGIO PEER 2 PEER. Os funcionários públicos têm agora um acesso facilitado às boas práticas de toda a Europa, beneficiando da experiência prática de mais de 24 000 pares responsáveis pela gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão. Os principais ingredientes do REGIO PEER 2 PEER são a conveniência, a flexibilidade, a agilidade, o foco em assuntos específicos e o controlo de qualidade das trocas personalizadas.

A iniciativa já recebeu várias candidaturas de diferentes Estados-Membros, tendo já sido organizados com sucesso eventos de intercâmbio para a Bulgária, Croácia, Polónia e França. Os pedidos recebidos até à data demonstram um elevado interesse na troca de experiências com os homólogos em áreas como os instrumentos financeiros, a ajuda estatal, os contratos públicos, os novos instrumentos do desenvolvimento urbano, a transparência e a prevenção da corrupção. O REGIO PEER 2 PEER funciona atualmente como um projeto piloto e os seus resultados, bem como as modalidades futuras, serão objeto de avaliação perto do final de 2016.

Pactos de integridade incentivam a transparência e a eficiência dos projetos da UE

Garantir a integridade, a transparência e a eficiência dos fundos da UE está no centro de mais uma iniciativa – Pactos de integridade – lançada este ano pelo Centro de competências para a construção de capacidade administrativa. Os Pactos de integridade são uma ferramenta inventada pela Transparência Internacional para ajudar os governos, as empresas e a sociedade civil a melhorar a confiança nos contratos públicos. O Pacto de integridade representa um acordo juridicamente vinculativo entre a entidade adjudicante e as empresas que concorrem a contratos públicos,



no qual estas se comprometem em abster-se de práticas de corrupção e em conduzir um processo de contratação pública com integridade, transparência e eficiência. Um dos elementos-chave do instrumento é o facto de a monitorização estar a cargo de uma terceira parte, que é a sociedade civil.

A Comissão, em estreita cooperação com a Transparência Internacional, decidiu aplicar esta ferramenta piloto em diversos projetos cofinanciados pela UE. Em maio de 2015, foi publicado um convite para a manifestação de interesse em participar nesta iniciativa, dirigido tanto às administrações públicas (autoridades de gestão dos fundos da UE ou beneficiários de apoios da UE) como aos intervenientes da sociedade civil. A resposta recebida ultrapassou as expectativas. No total, a Comissão recebeu 56 candidaturas de 13 Estados-Membros, sendo que 25 partiram de organizações da sociedade civil e 31 de entidades públicas. Os projetos pré-selecionados preparam-se agora para dar início à fase de implementação.

Espera-se que a iniciativa piloto Pactos de integridade promova os princípios da boa governação, como uma maior transparência e redução de custos. A experiência demonstrou que o projeto tem um potencial para reduzir os custos dos contratos até 30% devido a um maior rigor nos processos de contratação pública.

Ajudar a evitar os erros mais comuns nos contratos públicos

Os Pactos de integridade não são a única iniciativa para os contratos públicos referentes a projetos cofinanciados pela UE. O Centro de competências para a construção de capacidade administrativa colocou esta área entre as suas prioridades por várias razões. Os contratos públicos representam

cerca de 19% do PIB da UE. Estima-se que cerca de 48% dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus sejam canalizados através de contratos públicos e que seja aqui que surja a maioria dos problemas. Os erros nos contratos públicos podem dar origem a correções financeiras significativas e à perda de fundos. Na maioria dos casos, os erros devem-se à falta de experiência na aplicação de regras complexas, mas a Comissão está a ajudar as entidades adjudicantes com menos experiência nos Estados-Membros, disponibilizando um guia fácil de utilizar com conselhos sobre como evitar os erros mais comuns na contratação de obras e serviços ou na realização de compras envolvendo o cofinanciamento da UE.

«A perfeição é inatingível, mas se procurarmos a perfeição podemos obter a excelência»

Um dos princípios da boa administração é a procura da melhoria contínua. A atenção vira-se agora para os novos programas para o período de 2014-2020 e a Comissão irá assegurar que os erros do passado não serão repetidos. O objetivo é dar início a um novo período de programação com estruturas, competências e eficiência melhoradas. Estas são necessárias, não só para obter o máximo valor dos fundos públicos, mas também para criar crescimento e emprego, confiança nas instituições e credibilidade para a política.

► SAIBA MAIS
Melhorar a forma como os fundos são investidos e geridos:
<http://europa.eu/!VJ96UM>

▶ DIVULGAÇÃO DOS FUNDOS DA UE A NÍVEL LOCAL

Quantos cidadãos conhecem as oportunidades e o impacto dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus na sua região?

Para alcançar uma maior visibilidade para os investimentos tangíveis realizados através da política regional e urbana (351,8 mil milhões de euros no período de 2014-2020), a Comissão Europeia, as autoridades de gestão e os Centros de informação Europe Direct estão a levar a cabo um esforço conjunto de comunicação. O objetivo é chamar a atenção de potenciais beneficiários para as oportunidades de financiamento existentes e informar os cidadãos sobre os resultados concretos alcançados a nível local.

Escala local

Em 2015, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana tem vindo a colocar maior ênfase na «escala local», definindo atividades em ligação com parceiros nacionais relevantes. Em diversos países da UE estão a ser organizados seminários e sessões de informação cujo foco é a melhoria da comunicação da política de coesão.

Alemanha, Itália, Suécia, Bulgária, Grécia e Reino Unido têm sido os pioneiros na organização destes eventos e a Espanha, a Croácia e a Roménia já anunciaram a intenção de seguir o exemplo até ao fim de 2015.

Em Itália e na Bulgária, os seminários para comunicadores foram acompanhados de seminários para jornalistas nacionais e locais. Nestes eventos, os meios de comunicação social foram informados sobre as prioridades e os objetivos da política de coesão no período de 2014-2020 e sobre como é que estes estão a ajudar as regiões a criar emprego e crescimento através de investimentos específicos.

A mais recente reunião de comunicadores do FEDER na rede INFORM (Lille, junho de 2015) abordou, principalmente, as prioridades políticas da Comissão Juncker. Oradores e especialistas dos Estados-Membros e de diversos serviços da Comissão, incluindo da DG Política Regional e Urbana, explicaram a ligação entre o Plano de Investimento para a Europa, o Mercado Único Digital, a economia assente num

INFORM E INIO

Coordenada pela DG Política Regional e Urbana, a INFORM é uma rede europeia de comunicadores responsáveis pela comunicação dos investimentos do FEDER e do Fundo de Coesão nos Estados-Membros. A INIO é a rede de coordenadores nacionais de comunicações do Fundo Social Europeu, coordenada pela DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão.

Cada rede visa melhorar a visibilidade dos projetos cofinanciados pela UE através da partilha de experiência e boas práticas. As redes procuram melhorar a qualidade da comunicação com vista a aumentar a sensibilização do público para os benefícios das políticas.

baixo nível de emissões de carbono e a União da Energia, bem como o contributo da política de coesão para estas prioridades.

Eventos de lançamento dos programas operacionais

Os Estados-Membros e as autoridades de gestão são responsáveis pela conceção de uma estratégia de comunicação para cada um dos programas operacionais no prazo de seis meses após a sua adoção. Embora não tenha de aprovar formalmente a estratégia, a Comissão Europeia deverá ser informada sobre a mesma e recebê-la através da SFC2014, a ferramenta eletrónica oficial de gestão dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus.

Durante o primeiro semestre de 2015, foram adotadas as estratégias de comunicação de 40% dos PO e quase todas as restantes serão aprovadas antes de 2016.

Embora a Comissão incentive a cooperação nos esforços de comunicação entre os diferentes fundos, os Estados-Membros



« Temos um objetivo simples, mas ambicioso – fazer um uso recorde dos fundos da UE para dar mais um salto civilizacional. Cada um dos zlóti de um total de 500 mil milhões de zlóti será investido de forma inteligente. »

► EWA KOPACZ – PRIMEIRA-MINISTRA DA POLÓNIA

REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Saiba mais sobre as regras de informação e publicidade, incluindo a utilização de logótipos.

► Página Web no Web site InfoREGIO dedicada às regras de informação e comunicação, incluindo os regulamentos: www.ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/communication/legislation/

► Além das exigências mais comuns, a DG Política Regional e Urbana disponibiliza agora exemplos da utilização do símbolo (logótipo) da UE e a referência ao Fundo em todas as línguas: www.ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/logos/

► A implementação prática das regras de informação e comunicação dá, por vezes, origem a perguntas. Para ajudar as autoridades de gestão, o InfoREGIO tem disponível um documento atualizado periodicamente com as Perguntas mais frequentes (FAQ) sobre a interpretação das regras de comunicação (as respostas são acordadas entre as DG Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e Política Regional e Urbana): www.ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/communication/qa_comm.pdf

e as autoridades de gestão são livres de escolher a abordagem que considerem mais adequada às circunstâncias nacionais e regionais (centralizada ou descentralizada e relativa a um único fundo ou a vários fundos). Com efeito, têm sido apresentadas diferentes abordagens: por exemplo, uma única estratégia de comunicação que abrange todos os Fundos EIE (por exemplo, na Bulgária, Malta e na região italiana de Lazio), programas do FEDER e do FSE abrangidos por uma única estratégia ou estratégias dedicadas para cada um dos programas operacionais e dos fundos.

Os eventos de lançamento dos programas operacionais são uma oportunidade de comunicação importante e devem visar a maior audiência possível, incluindo os meios de comunicação social. A Polónia, que recebe o montante mais alto do orçamento de investimento da UE no período de 2014-2020 – 89 mil milhões de euros, considerando todos os Fundos EIE – celebrou a ocasião com a presença da Primeira-Ministra **Ewa Kopacz** e dos presidentes das 16 regiões polacas. Os presidentes receberam simbolicamente os programas operacionais adotados das mãos da Ministra do Desenvolvimento Regional, **Maria Wasiak**, e da Comissária da Política Regional, **Corina Crețu**. O evento, realizado em fevereiro de 2015, foi amplamente publicitado pelas dezenas de meios de comunicação social presentes.

O Interreg Europa organizou outro evento de lançamento inovador: uma conferência que reuniu 850 decisores políticos e profissionais em Bolonha, Itália, e que contou com uma forte presença online (1200 participantes). Mais de 2000 pessoas contribuíram em 130 mesas de trabalho em rede, diretamente ou online através das redes sociais.

Os programas que ainda não aprovaram as respetivas estratégias de comunicação são também incentivados a organizarem eventos de lançamento, uma vez que está comprovado que este é um momento importante para atrair a atenção de potenciais beneficiários para as novas oportunidades de financiamento e para aumentar a sensibilização do público para os resultados obtidos com os programas anteriores.

▶ SENSIBILIZAÇÃO E PERCEÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO À POLÍTICA REGIONAL DA UE

RESULTADOS DO ÚLTIMO INQUÉRITO EUROBARÓMETRO

Como principal componente de investimento da União Europeia, a política regional desempenha um papel importante na redução das diferenças económicas e sociais entre as regiões europeias e na criação de crescimento e emprego. A cada dois ou três anos, a Comissão realiza um inquérito para determinar o grau de sensibilização e perceção dos cidadãos em relação à política regional da UE. O último inquérito, realizado em junho de 2015, dá-nos uma panorâmica da opinião atual.

O inquérito mostrou que a sensibilização relativamente à política regional da UE permanece estável, à semelhança dos inquéritos realizados em 2010 e 2013: 34% dos inquiridos conhecem os projetos cofinanciados pela UE na região onde vivem.

▶ SAIBA MAIS

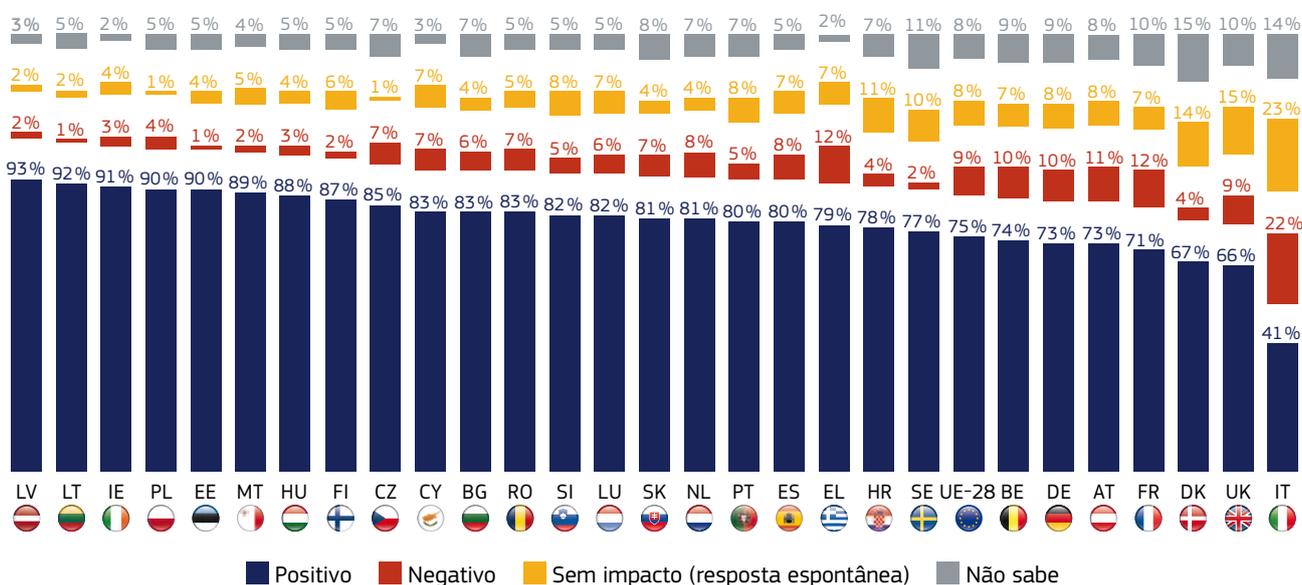
http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb83/eb83_en.htm

IMPACTO DOS PROJETOS

Boas notícias: três quartos dos cidadãos que conhecem a política regional da UE acreditam no impacto positivo dos projetos. Este resultado encorajador sublinha o enorme potencial de comunicação dos projetos da política regional da UE. Observando as respostas por país, a perceção positiva situa-se acima dos 90% na Letónia, Lituânia, Irlanda, Polónia e Estónia.

PERGUNTA

Tendo em consideração todos os projetos que conhece, diria que este apoio teve um impacto positivo ou negativo no desenvolvimento da sua cidade ou região?



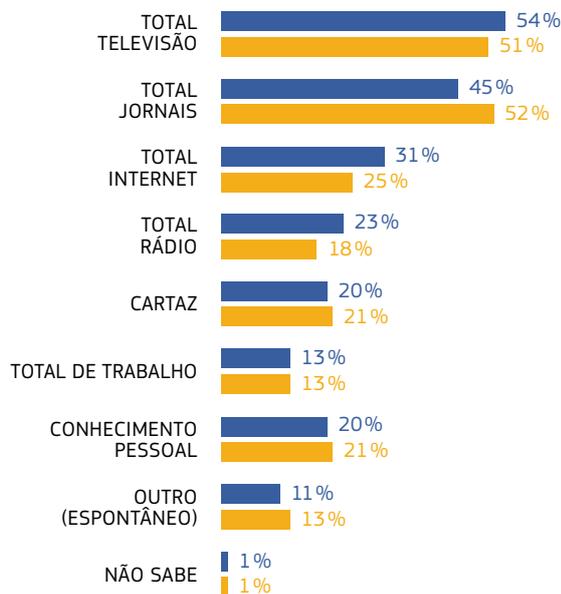
COMUNICAÇÃO

Quais são os meios de comunicação social através dos quais os cidadãos são informados sobre os projetos da política regional da UE? A televisão, referida por mais de metade dos inquiridos (54%), substituiu os jornais (45%) como principal fonte de informação sobre os projetos cofinanciados pela UE. A Internet e a rádio também têm vindo a subir. O inquérito mostra também que a Internet é a principal fonte de notícias sobre os projetos regionais da UE na faixa etária dos 15-39 anos (41%).

PERGUNTA

Onde ficou a conhecer o projeto? Primeiro? E a seguir? (várias respostas possíveis)

► % UE-28



INQUÉRITO: ■ Junho 2015 ■ Set. 2013

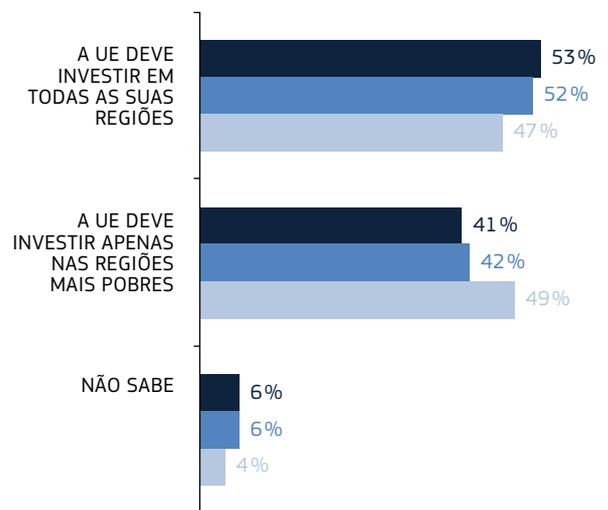
APOIO

A maioria dos cidadãos acredita que a UE deveria continuar a investir em todas as suas regiões. O inquérito mostra que a maioria dos cidadãos de 18 dos 28 Estados-Membros apoia esta opinião, incluindo os cidadãos dos países com várias regiões ricas (por exemplo, Finlândia, Suécia, Luxemburgo, Alemanha, Áustria).

PERGUNTA

A política regional europeia apoia projetos de desenvolvimento económico em todas as regiões. Na sua opinião, a UE deveria continuar a investir em todas as regiões ou concentrar-se nas menos desenvolvidas?

► % UE-28



INQUÉRITO: ■ Junho 2015 ■ Set. 2013 ■ Junho 2010

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

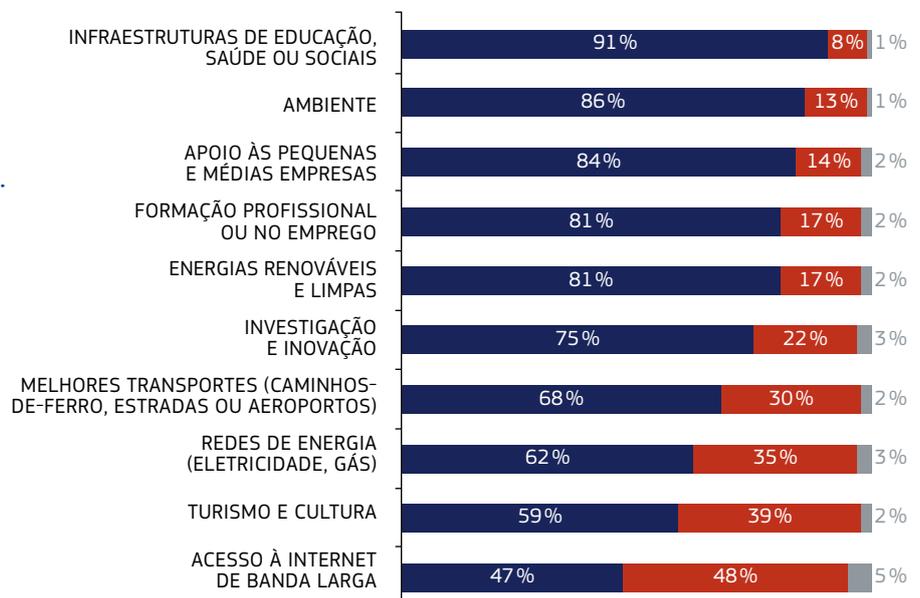
Os cidadãos acreditam que deve ser dada prioridade ao investimento em infraestruturas de educação, saúde ou sociais, no ambiente e nas PME.

PERGUNTA

A política regional da UE pode investir em diversos domínios. Dos exemplos que se seguem, qual considera mais ou menos importante para a sua cidade ou região?

► % UE-28

■ Mais importante
■ Menos importante
■ Não sabe



▶ TRANSFORMAR AS ECONOMIAS REGIONAIS ATRAVÉS DA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE – O CAMINHO A SEGUIR

A crise económica global levou à estagnação económica e a uma diminuição significativa do investimento na UE. Em resposta, a Comissão Europeia adotou uma política macroeconómica baseada num «triângulo virtuoso» de investimentos, reformas estruturais e responsabilidade fiscal.

A crise económica contribuiu para uma degradação da convergência na Europa que dificulta a recuperação e o crescimento futuro. O desafio que se coloca à Europa é recuperar a convergência. As estratégias de especialização inteligente podem ser um instrumento poderoso para concentrar recursos na investigação, inovação e renovação industrial em áreas específicas que confiram às regiões uma vantagem comparativa em oportunidades futuras de crescimento para a Europa, de modo a que todas as regiões possam usufruir do crescimento e da criação de emprego e para que as disparidades possam ser reduzidas.

A história de crescimento: eliminar as lacunas no investimento

Entre as ferramentas de investimento disponíveis a nível europeu encontra-se o novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), cujo objetivo é desbloquear 315 mil milhões de euros entre 2015-2017 para dar um impulso à procura a curto prazo e aumentar o potencial económico a longo prazo.

Estima-se, contudo, que o FEIE só possa cobrir perto de um terço da lacuna de investimento que resultou da crise e que será relevante, principalmente, para grandes projetos. Para apoiar os investimentos estratégicos, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE) apresentam um pacote de 450 mil milhões de euros para o período de 2014-2020.

Estes deverão também gerar coinvestimentos públicos e privados adicionais no valor de 150 mil milhões de euros, no

O QUE É A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE?

Trata-se de uma abordagem estratégica para definir prioridades nos investimentos públicos em termos de investigação e inovação, com vista à transformação económica das regiões, para construir vantagens competitivas e responder a oportunidades de mercado em novas cadeias de valor. As Estratégias de Inovação Regionais para a Especialização Inteligente (RIS3) tornaram-se um pré-requisito para o desenvolvimento dos Programas Operacionais da política de coesão europeia.

mínimo, elevando para 600 mil milhões o total de fundos alavancados. Cerca de 80% destes fundos irão beneficiar as regiões menos desenvolvidas, que foram particularmente atingidas pela recessão.

Mais de 160 mil milhões de euros dos Fundos EIE foram programados para apoiar investimentos em investigação e inovação, nas TIC, na competitividade das PME e na transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Uma vez que o crescimento económico nas últimas décadas tem estado associado à produtividade e à inovação, estes serão os principais fatores que irão gerar empregos novos e sustentáveis.

Especialização inteligente: viabilizar a transformação

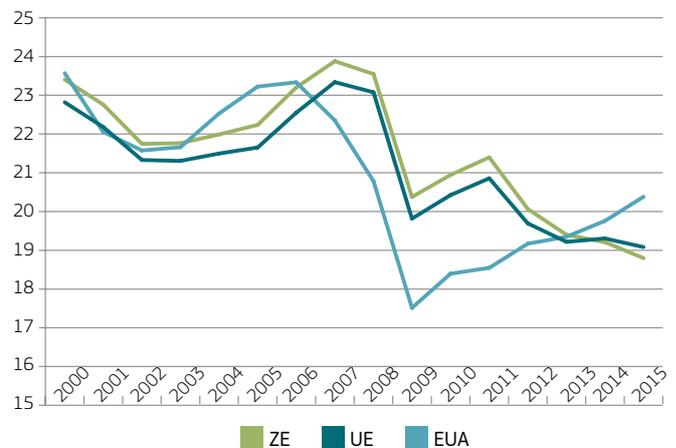
Através das RIS3, a política de coesão reformada assumiu um papel importante na estratégia europeia de crescimento

PIB E INVESTIMENTO 2000-2015 ⁽¹⁾

► CRESCIMENTO DO PIB (%)



► INVESTIMENTO (% DO PIB)



Embora o crescimento do PIB esteja em recuperação na Europa, o investimento mantém-se bastante abaixo dos níveis anteriores à crise. Os gráficos comparam dados da Zona Euro, da UE-28 como um todo e dos EUA.

Fonte: Centro Europeu de Política Estratégica, FMI, Eurostat

para acelerar a integração económica, concretizar a transformação industrial e criar economias mais resilientes.

Isto deverá conduzir a uma recuperação da convergência na Europa, com a especialização inteligente a possibilitar que as regiões em diferentes fases do desenvolvimento alcancem um maior valor acrescentado. Além disso, a especialização inteligente permite que as regiões menos desenvolvidas avancem na cadeia de valor, alavancando o potencial local para os mercados globais.

Ao fazer da especialização inteligente uma condição prévia do processo de planeamento dos Fundos EIE, a maioria das regiões tem agora em vigor estratégias ⁽²⁾ baseadas numa análise minuciosa dos desafios e das oportunidades do desenvolvimento regional, bem como um processo dedicado de «descoberta empreendedora». A última abordagem introduz uma perspetiva empresarial ascendente na identificação de áreas de crescimento orientadas para o futuro em matéria de inovação.

Embora o desenvolvimento de estratégias de especialização inteligente tenha sido globalmente positivo e proporcionado um novo início para a política regional ⁽³⁾, as negociações sobre o cumprimento desta condicionalidade *ex ante* têm enfrentado diversos desafios, como, por exemplo, o número de áreas de prioridades identificadas e a qualidade do processo de «descoberta empreendedora».

(1) <http://ec.europa.eu/epsc/pdf/presentations/040615vinhassouza.pdf>

(2) O cenário emergente das áreas prioritárias de especialização inteligente regional está documentado através da base de dados EYE@RIS3.

(3) Um inquérito do Fraunhofer Institute concluiu que a especialização inteligente desencadeou uma renovação substancial da cultura de planeamento regional e uma melhor compreensão dos potenciais regionais: www.isi.fraunhofer.de/isi-wAssets/docs/p/de/vortragsfolien/regionen_cluster/S3_Projekt_2014_final.pdf

Diversas regiões, em particular as mais afetadas pela crise, veem a especialização inteligente como a resposta adequada às restrições nos recursos públicos. Isto permite-lhes «enfrentar a crise de forma sistemática, substituindo a quantidade pela qualidade» ⁽⁴⁾, ou seja, prestando atenção ao impacto dos investimentos, em vez de simplesmente procurar aumentar a despesa com I&D e «aumentar a resiliência no sentido de se prepararem melhor para a próxima crise».

Implementação das RIS3: cinco desafios

A próxima fase é fazer com que a especialização inteligente funcione em toda a Europa. Cinco elementos são cruciais para a implementação das estratégias de especialização inteligente, bem como para a promoção da recuperação a curto prazo e da competitividade a médio e a longo prazo.

- **1. Identificar projetos de investimento concretos** que acelerem as transformações. Os Estados-Membros e as regiões devem trabalhar num sistema de projetos estratégicos que promova o investimento em novas cadeias de valor baseadas nas prioridades da especialização estratégica nacional/regional e nas iniciativas emblemáticas europeias.
- **2. Utilizar a «descoberta empreendedora» em curso**, nos termos da qual as partes interessadas na indústria e na investigação se envolvem ativamente para ajudar a afinar as áreas prioritárias e a ajustar as estratégias à constante evolução do mercado.

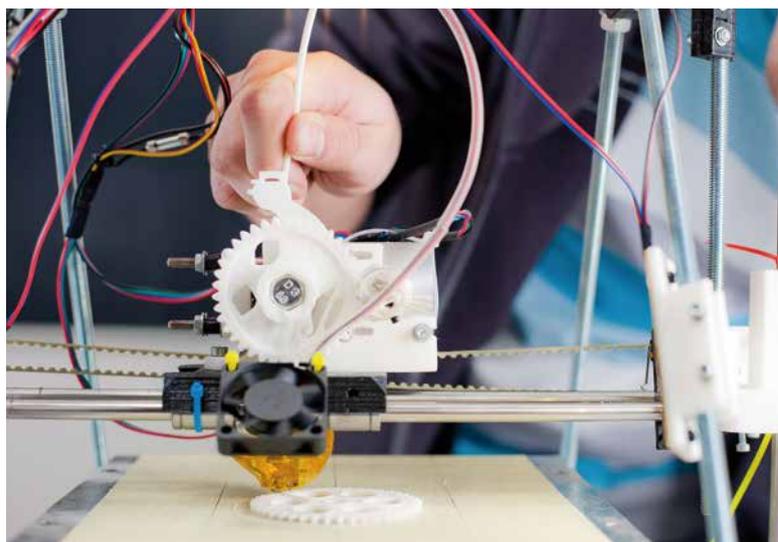
(4) Citação de Marta Marin, da Delegação do Governo Basco em Bruxelas, durante um evento de formação em especialização inteligente levado a cabo pela DG Política Regional e Urbana, Bruxelas, 25 de junho de 2015.

EXEMPLOS PILOTO

▶ PRODUÇÃO DE ALTO DESEMPENHO ATRAVÉS DA IMPRESSÃO 3D

A impressão em 3D tem o potencial para revolucionar os processos de fabrico e transformar várias indústrias, bem como para criar cadeias de valor e atividades industriais inteiramente novas. Ainda assim, há inúmeras barreiras à aceitação da tecnologia e ao avanço das aplicações emergentes.

O projeto piloto Iniciativa Vanguarda arrancou em setembro de 2014 para acelerar a criação de mercados e conta atualmente com 22 regiões da UE. É apoiado através do financiamento do COSME para alargar a análise da cadeia de valor a mais 40 regiões, incluindo regiões menos desenvolvidas. Após o teste à respetiva metodologia, as próximas fases incluem o avanço para investimentos concretos com a participação da indústria. As primeiras fases conduziram à apresentação de seis propostas de plataformas que ligam diferentes cadeias de valor numa rede: duas para o setor automóvel, uma para a maquinaria, outra para os têxteis e duas para as indústrias criativas. A criação de redes progrediu para a preparação do primeiro evento de intermediação, cujo objetivo será conseguir propostas concretas de valor e confirmar o compromisso da indústria para com os projetos de demonstração.



- ▶ **3. Monitorizar e avaliar o impacto da política** com vista ao êxito da implementação. Isto deve ser entendido não tanto como um controlo *ex post*, mas antes como uma ferramenta proativa de aprendizagem, para apoiar a descoberta empreendedora em curso e o desenvolvimento da estratégia.
- ▶ **4. Identificar e explorar sinergias** com outros quadros e instrumentos de financiamento. Criar políticas e estratégias alinhadas e mutuamente fortalecedoras e não fragmentadas.
- ▶ **5. Incluir uma dimensão transfronteiriça, transnacional ou interregional** para desenvolver economias de escala e âmbito que melhor concretizem o potencial individual e conjunto. Os instrumentos existentes, como o Interreg, têm-se focado na coordenação de oportunidades oferecidas pela especialização inteligente para influenciar os programas operacionais específicos dos países, por exemplo, através da cooperação internacional de clusters.

Para além de uma região: a Iniciativa Vanguarda

O surgimento de novas indústrias, a transformação das existentes e a consequente criação de emprego serão moldados através de investimentos inteligentes nas cadeias de valor europeias. Por conseguinte, são necessários investimentos

interregionais para ampliar os esforços regionais. Apesar de desempenhar um papel de menor destaque na maioria das estratégias RIS3 nacionais e regionais, a dimensão interregional da especialização inteligente está a ganhar mais notoriedade, devido a redes como a Iniciativa Vanguarda.

As 28 regiões da Iniciativa Vanguarda (IV)⁽⁵⁾ assumiram um compromisso político de alto nível para cooperar na implementação das respetivas estratégias de especialização e maximizar o potencial individual e conjunto. Estas regiões identificaram áreas nas quais a cooperação pode proporcionar economias de escala para oportunidades de negócio.

Cinco projetos temáticos piloto começaram a explorar esta nova abordagem, cada um deles num domínio específico apelativo para as indústrias:

- ▶ Aplicações energéticas em ambientes adversos – líderes: Escócia (UK) e País Basco (ES).
- ▶ Produção de alto desempenho através da impressão 3D – líderes: Flandres (BE) e Países Baixos do Sul (NL).

(5) A «Iniciativa Vanguarda para o Novo Crescimento através da Especialização Inteligente» é uma rede de regiões que assumiram o compromisso político de fomentar o papel das regiões na política europeia para a indústria e a inovação, dando o exemplo na implementação da especialização inteligente. Foi lançada em novembro de 2014, durante uma conferência de alto nível da DG Política Regional e Urbana com a coorganização da Flandres. Mais informações: www.s3vanguardinitiative.eu/

▶ INDÚSTRIA TRANSFORMADORA AVANÇADA PARA APLICAÇÕES ASSOCIADAS À ENERGIA EM AMBIENTES ADVERSOS (EM ALTO MAR)

A economia marítima constitui um importante potencial de crescimento, não só para as regiões marítimas, mas também para aquelas que apresentam competências especializadas e capacidades tecnológicas relevantes para as cadeias de valor do «crescimento azul». O projeto piloto IV procura explorar oportunidades focando-se em equipamento e componentes especializados para energias marinhas renováveis, energias offshore e extração de recursos.

Neste domínio, as cadeias europeias de valor não estão bem integradas e verifica-se pouco intercâmbio de conhecimento. Para maximizar as oportunidades de cadeias de valor conjuntas, equipas compostas por governos regionais e representantes de clusters estão atualmente a trabalhar para responder a três desafios:

- ▶1) **Ligar instalações:** permitir às PME de qualquer região envolvida na IV o acesso a infraestruturas de investigação;
- ▶2) **Ligar fornecedores:** abrir cadeias de fornecimento e incentivar a colaboração das PME;
- ▶3) **Ligar parceiros:** constituir consórcios industriais inter-regionais para o desenvolvimento de produtos e serviços.

- ▶ Indústria transformadora eficiente e sustentável – líderes: Catalunha (ES) e Lombardia (IT).
- ▶ Economia de base biológica – líderes: Randstad (NL) e Lombardia (IT).
- ▶ Nanotecnologia – líderes: Skåne (SE) e Tampere (FI).

Os projetos piloto visam acelerar a aceitação por parte do mercado de aplicações inovadoras na indústria transformadora avançada, estabelecendo plataformas de demonstração interregional lideradas pela indústria. Isto será alcançado através da ligação e da melhoria de iniciativas existentes entre regiões, permitindo a ampliação das atividades e o acesso a comunidades mais alargadas de utilizadores pioneiros e proporcionando um claro valor acrescentado face àquilo que já existe.

A metodologia da IV para a descoberta empreendedora transfronteiriça e a análise da cadeia de valor segue um processo de ampliação baseado em fases sucessivas:

- ▶1) **Aprender** através do mapeamento do potencial das regiões em cadeias de valor emergentes e da identificação de intervenientes fundamentais;
- ▶2) **Ligar** fazendo corresponder os intervenientes;
- ▶3) **Demonstrar** através da partilha de soluções que aproximam as aplicações do mercado;
- ▶4) **Comercializar** através do coinvestimento na aplicação comercial.

Os projetos piloto da IV visam promover a colaboração inter-regional para demonstrar a validade das soluções e o potencial de aceitação por parte do mercado. A IV também desenvolveu

DEMONSTRAÇÃO CONJUNTA PARA ACELERAR AS TRANSIÇÕES



Os demonstradores são fundamentais nas transições entre diferentes fases do ciclo de vida da (nova) indústria. Só depois de cumpridas as condições da demonstração é que se pode desenvolver a fase seguinte.

Fonte: Phaal, O'Sullivan, Routley, Ford & Probert (2011)

ferramentas para acelerar o processo de definição de projetos concretos para os demonstradores. A metodologia utiliza uma abordagem matricial que conjuga a dimensão «vertical», para definir casos demonstrativos nas cadeias de valor, com a dimensão «horizontal», ao fornecer serviços transversais para o funcionamento do ecossistema (como mapeamento, intermediação, roteiros ou cruzamentos).

O caminho a seguir: clusters de parcerias estratégicas para o investimento

Estas ações piloto entraram agora na fase crucial de ligar os intervenientes através de novas cadeias de valor europeias. Para facilitar este processo, a DG Política Regional e Urbana apoia um evento de mediação de profissionais no início de 2016 concebido para acelerar o trabalho dos projetos piloto da IV.

A DG, em cooperação com a Plataforma de especialização inteligente, está também a planear a consolidação da metodologia da Iniciativa Vanguarda em instrumentos comuns para a descoberta empreendedora interregional, de modo a que esta seja partilhada de forma mais alargada. Isto irá estimular a aplicação de novas abordagens em várias regiões para a implementação de estratégias coordenadas de especialização inteligente. Ajudará também os coordenadores



▶ Participantes no evento «GROW your REGION» (Faça crescer a sua região).

COMO É QUE A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE PODE TRANSFORMAR E MODERNIZAR AS REGIÕES DA EUROPA?

SAXÓNIA, ALEMANHA: investimentos estratégicos público-privados modernizaram com êxito o setor tradicional da microeletrónica, levando à criação da «Silicon Saxónia», atualmente o maior cluster microeletrónico da Europa.

PODKARPACKIE, POLÓNIA: uma tradição aeronáutica de 70 anos que quase havia desaparecido foi transformada através de uma intervenção público-privada no cluster Vale da Aviação que fornece, agora, componentes e produtos finais a nível mundial.

NORTE DA SUÉCIA: um ambiente remoto com temperaturas frias foi transformado num valioso ativo, que atrai os principais fabricantes automóveis, e em instalações para testes de automóveis para a Daimler, Volkswagen, Toyota, General Motors, Ford, Fiat, Peugeot, Saab e Hyundai.

CARÉLIA DO NORTE, FINLÂNDIA: investimentos estratégicos e atividades de sucesso entre os vários clusters, em domínios como o jogo e o fabrico de maquinaria, transformaram a indústria florestal tradicional numa indústria florestal bioeconómica baseada na competência. A região é líder na bioenergia florestal, biorrefinação descentralizada e materiais em madeira, tecnologia florestal e muito mais.

transnacionais/interregionais a conceberem e concretizarem programas operacionais, vistos ainda como uma fraqueza apesar do forte impulso para uma maior coordenação macrorregional, conforme incorporado nas estratégias macrorregionais da UE⁽⁶⁾.

A chave será motivar e valorizar uma série de iniciativas transnacionais e interregionais estratégicas, mas ascendentes, facultadas pelas regiões e pelos intervenientes regionais, mas lideradas por clusters e indústrias para desenvolverem e criarem cadeias de valor conjuntas. Por conseguinte, a agenda conta agora com um mecanismo de apoio a vários níveis para ecossistemas europeus acionados por clusters.

Para incentivar mais regiões e programas a adotar a abordagem liderada pela indústria e avançar para clusters de parcerias estratégicas, a DG Política Regional e Urbana e a DG Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME organizaram o evento «GROW your REGION» (Faça crescer a sua região), em 27-28 de abril de 2015⁽⁷⁾. O evento juntou 350 decisores políticos regionais e representantes de clusters, que exploraram abordagens conjuntas para concretizarem a especialização inteligente e a transformação económica através de clusters.

O evento validou a necessidade de uma cooperação interregional mais específica e estratégica para avançar para uma abordagem sistémica de criação de ecossistemas

(6) Por exemplo, o Plano de Ação revisto para a Região do Mar Báltico (junho de 2015) refere expressamente que, para explorar na íntegra o potencial de inovação da região, são necessárias mais «parcerias inteligentes transversais a vários setores e regiões... à semelhança dos esforços levados a cabo pela Iniciativa Vanguarda». http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/communic/baltic/action_09062015_en.doc

(7) http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/en/conferences/grow_region/



conjuntos. As duas DG estão atualmente a planear um seminário de especialistas para este inverno, que irá analisar eventuais ações conjuntas para a promoção do Cluster europeu de parcerias para a especialização inteligente.

A cooperação com outros serviços da Comissão promete mais sinergias, como por exemplo:

- ▶ com a DG Energia, numa nova Plataforma de especialização inteligente de apoio à **União da Energia**;
- ▶ com a DG Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologia no papel de «centros regionais», que é fortemente reconhecida pela implementação da **Agenda Digital**;
- ▶ com a DG Investigação e Inovação, para contribuir para o novo **Plano de ação para a economia circular** através de estratégias de especialização inteligente relevantes.

Estes desenvolvimentos mostram que os mecanismos de apoio às políticas da UE, particularmente à política regional, permitem agora às regiões e aos clusters concretizarem a capacidade das economias se transformarem e acelerarem a convergência dos níveis de bem-estar nas regiões.

O desafio que se segue é a consolidação de um sistema de apoio consistente de acordo com o mandato dado à Comissão da Política Regional **Corinna Crețu** no sentido de maximizar as sinergias entre instrumentos políticos.

A liderança das autoridades regionais e dos clusters é crucial para superar os limites e concretizar, na prática, verdadeiras sinergias. Necessitam de ativação e apoio no desenvolvimento de parcerias estratégicas para investimentos, na passagem dos «contactos aos contratos» e, por esta via, no desbloqueamento de novas oportunidades de negócio e potenciais de crescimento.

CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE JUNHO DE 2016

A DG Política Regional e Urbana será a anfitriã deste evento, onde se irá fazer o balanço da experiência da UE e regional no desenvolvimento da abordagem de especialização inteligente ao longo dos últimos anos, avaliar os primeiros resultados no arranque da colaboração interregional com esta base, como a Iniciativa Vanguarda e o Cluster europeu de parcerias, e considerar o caminho a seguir.

Os assuntos mais importantes em discussão serão a internacionalização das estratégias de especialização inteligente, a convergência das políticas de cluster e da especialização inteligente e as sinergias entre instrumentos para apoiar as ações nos ecossistemas europeus de inovação.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/brochures/2014/smart-specialisation-and-europes-growth-agenda

▶ REGIOSTARS

CELEBRAR PROJETOS REGIONAIS QUE ABORDAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA EUROPA



Os Prémios RegioStars, atualmente na sua oitava edição, distinguem alguns dos projetos regionais mais inspiradores e inovadores apoiados pelos fundos da política de coesão da UE.

Os finalistas deste ano, selecionados em quatro categorias a concurso – «Crescimento inteligente», «Crescimento sustentável», «Crescimento inclusivo» e «CityStars» – estão a dar resposta a alguns dos problemas prioritários com que a Europa está hoje confrontada.

Um júri independente dos Prémios RegioStars, presidido pelo Deputado do Parlamento Europeu Lambert Van Nistelrooij, selecionou 17 finalistas entre as 143 candidaturas. Pode consultar mais abaixo a lista dos finalistas em cada categoria, com hiperligações para ficar a saber mais sobre estes projetos inovadores e de sucesso. Os vencedores serão anunciados durante o OPEN DAYS, em Bruxelas, a 13 de outubro de 2015.

▶ CRESCIMENTO INTELIGENTE

Libertar o potencial de crescimento das PME rumo a uma economia digital.

▶ TURISMO DIGITAL

País de Gales (Reino Unido)

O projeto conduziu as PME galesas do setor do turismo de uma imaturidade relativa no comércio eletrónico para a era dos negócios digitais.

▶ www.visitwales.com

▶ AGRIPIR

Cooperação Territorial Europeia – País Basco, Catalunha (Espanha), Midi-Pirenéus, Aquitânia (França)

O Agripir introduziu tecnologias inovadoras na agricultura tradicional e levou maior competitividade à região das planícies altas dos Pirenéus.

▶ www.agripir.com

▶ CRIADORES DE JOGOS ESCANDINAVOS

Cooperação Territorial Europeia – Midtjylland (Dinamarca), Västsverige (Suécia)

O projeto fornece consultoria e formação aos jovens empreendedores no setor dos jogos digitais.

▶ www.videndjurs.dk

▶ DESENVOLVIMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE TORUN

Kujawsko-Pomorskie (Polónia)

As infraestruturas de craveira mundial do Parque Tecnológico de Torun oferecem apoio aos empreendedores para o desenvolvimento de novas empresas.

▶ www.smartspace.io/en

▶ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Mobilizar investimentos em eficiência energética para benefício dos cidadãos e da sociedade.

▶ MILD HOME

Cooperação Territorial Europeia – Burgenland (Áustria), Yugozapaden (Bulgária), Tessália (Grécia), Közép-Dunántúl (Hungria), Veneto, Emilia-Romagna (Itália), Vest (Roménia), Belgrado (Sérvia)

Parceiros de sete países uniram forças para desenvolver métodos de construção mais sustentáveis e um conceito de aldeias ecológicas.

▶ www.mildhome.eu/

▶ PICSA

Andaluzia (Espanha)

O Programa Construção Sustentável da Andaluzia tornou o setor da construção da região mais amigo do ambiente e ajudou a criar empregos.

▶ www.agenciaandaluzadelaenergia.es/ciudadania/programa-de-impulso-la-construccion-sostenible-de-andalucia/

▶ FUNDO ECOLÓGICO DE LONDRES

Londres (Reino Unido)

Os fundos da UE e outros financiamentos públicos estão a aumentar a escala e o ritmo das infraestruturas ecológicas em Londres.

▶ www.leef.co.uk/



«É uma experiência enriquecedora observar como a política regional pode facilitar soluções inovadoras

através do financiamento de intervenientes locais para que estes possam transformar ideias visionárias em realidades.»

▶ LAMBERT VAN NISTELROOIJ – MEMBRO DO PARLAMENTO EUROPEU, PRESIDENTE DO JÚRI REGIOSTARS 2015

▶ CRESCIMENTO INCLUSIVO

Integração na sociedade da população em risco de exclusão social.

▶ OPORTUNIDADE DE TRABALHO

Praga, Střední Čechy, Severozápad (República Checa)

O projeto aproximou ex-reclusos e empregadores, com vista a determinar o que poderiam as pessoas que saem da prisão trazer para o local de trabalho.

▶ www.rubikoncentrum.cz

▶ MOMENTUM

Irlanda

A funcionar em toda a Irlanda, o projeto ajudou os desempregados de longa duração a regressarem ao trabalho.

▶ www.momentumskills.ie

▶ CENTROS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR DE BURGAS

Yugoiztochen (Bulgária)

Novas instalações de acolhimento e serviços sociais para proporcionar uma vida melhor às crianças desfavorecidas.

▶ www.burgas.bg

▶ APTO PARA O TRABALHO

País de Gales (Reino Unido)

Atuando ao nível da saúde física e mental, o projeto Apto para o Trabalho ajudou mais de 1600 funcionários a reduzir as baixas médicas de longa duração.

▶ www.rcs-wales.co.uk

▶ DIRITTI A SCUOLA

Apúlia (Itália)

Baseado numa abordagem mista de serviços educativos e sociais, este projeto reduziu drasticamente o abandono escolar na região.

▶ www.pugliausr.it/default.aspx?Page=Office_Section&code=132&tipo=1

▶ CITYSTAR

Transformar as cidades para os desafios futuros.

▶ FÖRETAGSAMMA VH

Västsverige (Suécia)

O projeto forneceu aconselhamento empresarial a jovens empreendedores, empresas em fase de arranque e empresas já estabelecidas, com vista a estimular os negócios e o empreendedorismo.

▶ www.foretagsammavastrahisingen.se

▶ IMAGINE

Cooperação Territorial Europeia – Severoiztochen (Bulgária), Oberbayern (Alemanha), Syddanmark (Dinamarca), Catalunha (Espanha), Nord-Pas de Calais (França), Emília-Romanha (Itália), Nord-Vest (Roménia), Berkshire, Buckinghamshire e Oxfordshire (Reino Unido)

Oito cidades parceiras uniram as populações e as organizações locais para desenvolverem uma utilização mais sustentável da energia.

▶ www.imaginelowenergycities.eu

▶ TORRENT DELS MADUIXERS

Catalunha (Espanha)

Um moderno complexo de gestão de resíduos está a reduzir as emissões de CO₂ de Barcelona, ao mesmo tempo que oferece novos espaços à comunidade.

▶ <http://w2.bcn.cat/obres/es/europa>

▶ EUROCIDADES CHAVES-VERIM

Cooperação Territorial Europeia – Galiza (Espanha), Norte (Portugal)

Duas cidades uniram forças para criar uma «Eurocidade» através de uma oferta conjunta de serviços e instalações municipais.

▶ <http://en.eurocidadechavesverin.eu/>

▶ IMPLEMENT

Cooperação Territorial Europeia – Midtjylland (Dinamarca), Västsverige (Suécia), Sør-Østlandet (Noruega)

Para acelerar a utilização do biogás nos transportes e no aquecimento, o projeto Implement desenvolveu iniciativas e ferramentas sustentáveis.

▶ www.energibyenskive.dk

▶ SAIBA MAIS

▶ http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/regio-stars-awards/

▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

O PARECER DAS PARTES INTERESSADAS SOBRE
A POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

A Panorama agradece o seu contributo!

Nas suas próprias palavras é a secção da *Panorama* onde as partes interessadas ao nível local, regional, nacional e europeu apresentam os seus pareceres sobre a política de coesão reformada e os seus planos para o período de 2014-2020.

A *Panorama* agradece o seu contributo no seu idioma, que poderá ser incluído em futuras edições. Contacte-nos para obter mais informações sobre os prazos e as diretrizes para a entrega do seu contributo.

▶ regio-panorama@ec.europa.eu

▶ IRLANDA

▶ MELHORAR O PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO COMO UMA REGIÃO «MAIS DESENVOLVIDA»

Aguardamos com expectativa os benefícios que o Plano Operacional Regional Border, Midland e Western do período de 2014-2020 irá trazer à nossa região. A região Border, Midland e Western tem características predominantemente rurais e, por ter sido recentemente classificada como uma região «mais desenvolvida», o nosso novo programa concentra-se num número limitado de temas que terão um impacto mensurável nas prioridades de investimento selecionadas.

Congratulamo-nos pela nova ênfase na concretização de resultados claros nos programas para o período de 2014-2020 e estamos a trabalhar para melhorar a eficácia da implementação do programa através, por exemplo, da introdução do intercâmbio eletrónico de dados (coesão eletrónica) e da utilização de opções de custos simplificadas. O novo programa irá proporcionar uma maior investigação aplicada na região com a colaboração da indústria, banda larga universal de alta velocidade a todas as cidades e aldeias, beneficiando 145 000 agregados familiares, apoio contínuo a mais de 15 000 empresas através de Local Enterprise Offices (LEO) e da Enterprise Ireland, eficiência energética em mais de 10 000 habitações sociais e agregados familiares com



rendimentos mais baixos e apoio às estratégias de desenvolvimento urbano sustentável com benefícios económicos, sociais e ambientais.

O programa de 320 mil milhões de euros cofinanciado pelo FEDER irá disponibilizar um vasto leque de apoios às empresas da nossa região. Nomeadamente, apoio direto à investigação e inovação e oportunidades de participação em programas de investigação e parcerias de inovação com centros de investigação, trabalhando em projetos de investigação específicos das empresas. Durante a execução do

programa, assistir-se-á à continuação do apoio às micro-empresas através dos LEO, em termos de informações empresariais, serviços de aconselhamento, orientação para o desenvolvimento de capacidades e apoios financeiros, assim como a um programa de desenvolvimento de PME para empresas transformadoras e de serviços comerciais internacionais. O ambiente de desenvolvimento de PME na região e o potencial das aplicações de comércio eletrónico também serão substancialmente melhorados através do fornecimento de banda larga universal de alta velocidade a todas as áreas atualmente sem cobertura.

O programa representa, igualmente, uma mudança estratégica da construção de infraestruturas de investigação para o apoio à investigação aplicada e à comercialização, com uma maior ênfase no envolvimento da indústria nos projetos de investigação financiados, em linha com a estratégia de especialização inteligente da Irlanda.



A concretização do programa através dos nossos parceiros em departamentos governamentais, agências estatais, autoridades locais e instituições de ensino superior garante a aplicação de todas as medidas, incluindo a seleção e aprovação de projetos, pedidos de pagamentos e declarações de despesas, de forma eficiente e em favor dos beneficiários selecionados na região.

GERRY FINN – Diretor, Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Border, Midland e Western 2014-2020

▶ LITUÂNIA

▶ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA LITUÂNIA: INSTRUMENTOS FINANCEIROS RESPONDEM À CHAMADA

A utilização eficiente da energia é um importante motor para uma economia mais ecológica e para a redução da despesa pública e privada. Por conseguinte, a eficiência energética é um dos principais objetivos estratégicos do Programa Operacional lituano para os investimentos da UE no período de 2014-2020.

Caminhar no sentido de uma utilização mais eficiente da energia

A Lituânia registou um rápido crescimento em matéria de eficiência energética na última década; todavia, os níveis de energia são ainda mais altos do que em muitos Estados-Membros. Uma forma de melhorar a eficiência energética é através da modernização de antigos edifícios de apartamentos, que na Lituânia ascendem a, aproximadamente, 37 000. Para uma gestão eficaz deste processo, implementámos instrumentos financeiros com vista à modernização dos edifícios de apartamentos desde 2009.

Desde o início que tivemos de enfrentar vários desafios – não só a nível financeiro, mas também para mudar a opinião pública dominante segundo a qual a modernização é ineficaz. Agora, os números falam por si e podemos afirmar com satisfação: hoje queremos manter a elevada qualidade da modernização, uma vez que os pedidos de empréstimos são superiores ao financiamento disponível. A análise mostra que, após a modernização, o consumo de energia de alguns edifícios diminuiu 50%. Todavia, a avaliação da eficiência energética pode e deve ir mais além do número de edifícios modernizados ou dos meios de eficiência energética implementados. Está também relacionada com qualidade de vida e um ambiente seguro e saudável.

Utilização de instrumentos financeiros

Os fundos e os instrumentos financeiros da UE foram e ainda são essenciais para o processo. Em 2009, foi criado o fundo de participação JESSICA, com 227 milhões de euros para a modernização de edifícios de apartamentos. Uma vez que

►Renovação de edifícios com financiamento do JESSICA. A procura de financiamento aumentou depois de ter ficado demonstrado que as renovações poupam energia e reduzem custos.



a utilização dos instrumentos financeiros no setor da energia correspondeu às expectativas e uma série de projetos preparados demonstraram uma enorme procura, foram criados três novos fundos no âmbito do quadro financeiro para o período de 2014-2020: JESSICA II, Fundo de Modernização de Edifícios de Apartamentos (MBMF) e Fundo de Eficiência Energética (ENEF).

Gerido pela Agência Nacional para o Desenvolvimento do Investimento Público, o MBMF é um instrumento financeiro com 30 milhões de euros, enquanto o JESSICA II é um «fundo de fundos» (150 milhões de euros) e foi criado para atrair grandes investimentos privados, com vista a aumentar a alavancagem dos fundos da UE e responder a uma enorme procura de investimento.

O recente ENEF (79 milhões de euros) foi concebido para conceder empréstimos para a modernização de edifícios públicos e emitir garantias para projetos de iluminação das ruas. As tarefas incluídas nos fundos englobam não só investimentos em projetos, mas também o desenvolvimento do modelo ESCO, que não foi implementado de forma alargada na Lituânia. Este irá atrair investimento privado e a experiência das empresas privadas, com vista a utilizar os fundos da UE de forma mais eficiente e a reduzir os riscos. Atualmente, a Agência para o Desenvolvimento do Investimento Público está à procura de potenciais investidores que queiram participar em projetos de eficiência energética na Lituânia.

No período de 2014-2020, queremos aproveitar oportunidades para aumentar o retorno dos investimentos dos fundos da UE e utilizar os fundos rotativos tanto quanto possível. Por conseguinte, temos planeada uma utilização mais alargada dos instrumentos financeiros. Estamos a desenvolver uma análise às necessidades do mercado com o objetivo de averiguar as oportunidades e o potencial de instrumentos financeiros noutras áreas de infraestruturas públicas, tais como a energia, o tratamento de águas, os transportes, as infraestruturas rodoviárias e as TI, entre outras.

ALOYZAS VITKAUSKAS – *Vice-Ministro das Finanças, Lituânia
Presidente do Comité de Supervisão para o Programa Operacional
2014-2020 da Lituânia*

►PORTUGAL

►AUMENTO DA COMPETITIVIDADE NOS AÇORES

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas habitadas no meio do Atlântico, que se estendem por uma área superior a 600 km. Pelas características do



território e da sua economia, a Região Autónoma dos Açores tem sido sempre classificada como uma região ultraperiférica, nos termos do Artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. No período de programação de 2007-2013, o programa operacional FEDER PROCONVERGENCIA revelou-se uma parte fundamental do financiamento do investimento público na Região Autónoma dos Açores.

O PROCONVERGENCIA é um programa abrangente que inclui um vasto leque de apoios para acessibilidades básicas, bem como infraestruturas educacionais, sociais e ambientais, incluindo um conjunto de ferramentas destinadas a incentivar e apoiar o investimento privado e criar economias externas para a operação de empresas regionais. Os resultados alcançados podem ser destacados através de um leque de projetos, nomeadamente:

- ▶ ligação por cabo submarino de fibra ótica das ilhas do grupo ocidental ao anel de cabos existente em torno das outras ilhas;
- ▶ construção de edifícios funcionais para a Universidade dos Açores, além de um leque mais abrangente de ações na rede de escolas públicas;
- ▶ ampliação de um hospital na ilha do Faial, que presta serviços a um grande número de utentes das ilhas dos grupos central e ocidental;
- ▶ restauro de um farol, convertido num centro de vulcanologia, que foi um dos vencedores dos RegioStars de 2011;

Custo total:
15 600 000 EUR
Contribuição da UE:
7 400 000 EUR



▶ Os aglomerados de biomassa produzidos nos Açores são utilizados pelas empresas locais como fonte de energia, por exemplo, na produção de leite.

- ▶ infraestruturas rodoviárias na ilha Terceira que ligam o porto marítimo, o porto de pesca, o aeroporto e um importante parque industrial à cidade de Angra do Heroísmo, o principal centro administrativo.

Concretamente no âmbito dos incentivos ao investimento privado, o projeto «Produção de aglomerados de biomassa na Região Autónoma dos Açores» resume as prioridades do PROCONVERGENCIA:

- ▶ 1) transformar matérias-primas locais;
- ▶ 2) produzir um produto regional utilizando um recurso central para a economia regional e
- ▶ 3) promover as exportações de produtos regionais.

Com este plano de negócios, a indústria cresce em escala, uma vez que as restrições são eliminadas no mercado local, introduzindo uma abordagem de cluster num setor que é importante para a economia regional e providenciando perspectivas de internacionalização. O promotor do projeto, a empresa NaturalReason, apresentou três candidaturas simultâneas para projetos em três ilhas dos Açores (São Miguel, Terceira e Pico), com unidades industriais totalmente autónomas e administrações próprias. Cada uma destas unidades irá fornecer o seu próprio segmento do mercado regional e terá autonomia para celebrar contratos de fornecimento em consonância com a respetiva capacidade de resposta. Deverão ser criados cerca de 19 postos de trabalho em cada ilha.

RUI AMANN – *Autoridade de Gestão,*
Região Autónoma dos Açores



**DÊ-NOS
A SUA
OPINIÃO**

regio-panorama@ec.europa.eu

▶ NOTÍCIAS

[BREVES]



AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE A UNIÃO DA ENERGIA E ILHAS INTELIGENTES

A INSULEUR, a Rede Insular de Câmaras de Comércio e Indústria da União Europeia, realizou uma audição pública, em 10 de julho, no Comité Económico e Social Europeu. Sob o título «União da Energia e Ilhas Inteligentes», o evento abordou os desafios e as oportunidades dos territórios insulares no que respeita à política energética.

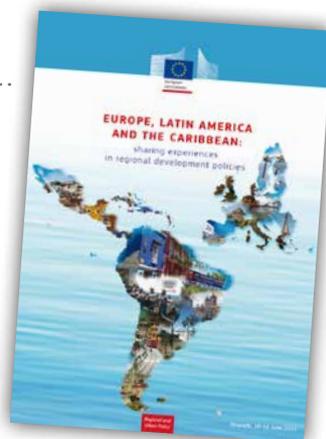
Sendo a União da Energia uma das maiores prioridades da Comissão Juncker, que tem como objetivo fornecer energia segura, sustentável, competitiva e economicamente acessível aos cidadãos e empresas da UE, as várias ilhas da UE são casos especiais e estão sujeitas a condições significativamente diferentes das da Europa continental em matéria de infraestruturas e de fornecimento energético. Habitados por 20 milhões de pessoas – cerca de 4% da população da UE – estes territórios representam uma parte importante da rede energética europeia.

Embora sejam muitas vezes remotas, estejam insuficientemente ligadas e representem uma pequena quota de mercado, as ilhas também possuem ativos importantes sob a forma de energias renováveis – solar, eólica e marítima. Além disso, graças aos seus mercados pequenos e integrados, proporcionam a situação ideal para projetos piloto de eficiência energética.

Com 38000 milhões de euros reservados no período de 2014-2020 para projetos de eficiência energética e energias renováveis através do FEDER e do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, as ilhas da UE poderão adquirir técnicas inteligente e tornar-se verdadeiras pioneiras da energia sustentável.

▶ SAIBA MAIS

www.insuleur.org/noticia.php?Cod_not=172



RELATÓRIOS UE-CHINA E UE-CELAC

Dois novos relatórios sobre relações internacionais foram publicados recentemente e estão disponíveis no Web site Inforegio.

O primeiro é um relatório sobre a política de cooperação UE-China entre 2006 e 2015, que oferece uma visão geral sobre nove anos de cooperação a nível de política regional entre a Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China. Seminários anuais de alto nível, relatórios conjuntos e visitas de campo envolvendo autoridades regionais e municipais de ambos os lados revelaram-se um grande êxito para a promoção do intercâmbio de experiências sobre matérias de desenvolvimento regional e urbano, desenvolvimento de capacidades e outras matérias. O relatório manifesta o interesse numa maior cooperação no quadro da Agenda Estratégica para a Cooperação UE-China 2020.

O segundo relatório foi publicado de forma a coincidir com a cimeira UE-CELAC 2015, realizada em junho deste ano, e resume oito anos de cooperação entre a UE e os países da América Latina e das Caraíbas em matéria de política regional, urbana e transfronteiriça. Rico em ilustrações, o relatório inclui diversos exemplos de projetos e declarações da **Comissária Crețu** e de ministros dos países parceiros da América Latina.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/cooperation/international/



Em 28 de julho, a Comissão Europeia lançou a estratégia da UE para a região alpina – EUSALP. Abrangendo sete países com mais de 70 milhões de cidadãos, a estratégia visa reforçar a cooperação na região, promovendo o crescimento, as infraestruturas, a proteção do ambiente e a gestão energética.

Tradicionalmente, os Alpes são uma das regiões mais ricas do mundo e um ponto central da atividade económica e da inovação na Europa. Não obstante, os países da região enfrentam vários desafios comuns, designadamente no que respeita à conectividade e às alterações climáticas.

A EUSALP é a quarta estratégia macrorregional da UE – um quadro integrado que reúne Estados-Membros e países vizinhos na mesma área geográfica. Partindo de redes e programas da UE já existentes, como os Fundos EIE, estas estratégias procuram dar resposta a desafios comuns e gerar uma maior coesão económica, social e territorial.

Abrangendo sete países – Áustria, França, Alemanha, Itália, Eslovénia, Liechtenstein e Suíça – a EUSALP envolve um total de 48 regiões e centra-se em quatro áreas políticas-chave.

- ▶1. Crescimento económico e inovação: promover e apoiar a investigação, o turismo e as PME;
- ▶2. Conectividade e mobilidade: melhorar estradas, caminhos-de-ferro e o acesso à banda larga em zonas rurais;

- ▶3. Ambiente e energia: congregar recursos mútuos para preservar o ambiente e promover a eficiência energética;
- ▶4. Um modelo de governação robusto e eficiente para a Região.

A Comissária da Política Regional **Corina Crețu** afirmou depositar grandes expectativas no potencial e na viabilidade do EUSALP: «As regiões alpinas têm uma longa tradição de cooperação, com diversas redes já implementadas, e a ambição desta Estratégia é reforçar esta solidariedade já existente. Trata-se da quarta estratégia macrorregional na Europa; a experiência demonstra que o seu sucesso depende largamente do empenho e da propriedade. Por conseguinte, precisamos de uma liderança política forte e de um envolvimento ativo de todos os parceiros regionais e nacionais para explorar ao máximo o potencial da Estratégia da UE para a Região Alpina.»

A estratégia está preparada para ser aprovada pelo Conselho Europeu até ao final do ano.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/cooperation/macro-regional-strategies/alpine/

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NAS PME

Em outubro, a DG Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologia irá lançar um convite à manifestação de interesse em estimular a criação de novos ecossistemas regionais que estabeleçam apoio técnico e oportunidades de financiamento para a transformação digital das PME e das *empresas de média capitalização* (as sociedades que têm uma capitalização de mercado entre 2 e 10 mil milhões de dólares) do setor transformador. Durante a segunda fase do programa (2015-2018), os centros regionais de competências,

na qualidade de centros de inovação, vão poder candidatar-se a financiamento para estudos de viabilidade de uma colaboração tecnológica sustentável entre o centro de competências em causa e as PME e empresas de média capitalização da região, com vista à transferência de tecnologia de ponta que possibilite a transformação digital. Além disso, será também estudada a possibilidade de essas colaborações receberem financiamento de fundos regionais.

▶ SAIBA MAIS
www.i4ms.eu

I4MS

▶ NOVO GUIA RELATIVO À ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO NA AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Com perto de 500 projetos de grande investimento previstos para o período de programação de 2014-2020, a abordagem de avaliação exigida – a análise do custo-benefício – foi alterada para responder aos novos requisitos e publicada num novo guia para as partes interessadas.

A seleção dos projetos que ofereçam a melhor relação qualidade/preço e que tenham um impacto significativo no emprego e no crescimento é um elemento importante da Estratégia Europa 2020.

Por conseguinte, todos os grandes projetos (aqueles que apresentem um custo elegível superior a 50 milhões de euros) incluídos nos programas operacionais do FEDER e do Fundo de Coesão têm de ser justificados através de um procedimento de análise custo-benefício (ACB), que é agora um requisito obrigatório para o cofinanciamento.

A ACB é uma ferramenta analítica utilizada para avaliar uma decisão de investimento. Este procedimento ajuda a avaliar a alteração de bem-estar atribuível a um projeto e o respetivo contributo para os objetivos da política de coesão da UE.

Nos termos da política de coesão reformada, os requisitos da ACB na avaliação de projetos e na tomada de decisão foram reforçados e foi publicado um guia no qual se enunciam os novos procedimentos.

Métodos verificáveis

A ACB consiste em medir, em termos monetários, todos os benefícios e custos do projeto para a sociedade e é uma importante ferramenta de gestão para as autoridades nacionais e regionais. Uma política de sucesso e fundamentada requer que as decisões quanto ao investimento sejam



« O objetivo da análise de custo-benefício é fornecer um procedimento coerente para avaliar decisões em termos das suas consequências. A Comissão está a lançar uma tendência de análise custo-benefício. »

▶ PROFESSOR MASSIMO FLORIO – UNIVERSIDADE DE MILÃO, ENVOLVIDO NO DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA A ACB NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

tomadas com base em métodos objetivos e verificáveis. Esta é a razão pela qual a Comissão tem vindo a promover de forma contínua a utilização de análises de custo-benefício nos projetos acima dos 50 milhões de euros.

A análise deve ajudar a confirmar se um projeto precisa de financiamento da UE e se merece receber recursos dos Fundos EIE.

De facto, para garantir a aprovação de cofinanciamento de um grande projeto, a autoridade de gestão em causa tem de disponibilizar informações específicas. Os princípios, métodos e critérios apresentados no novo guia irão ajudar os beneficiários, os decisores públicos e os revisores independentes a compreenderem melhor qual a informação necessária para a avaliação dos benefícios e custos socio-económicos de um projeto de investimento.

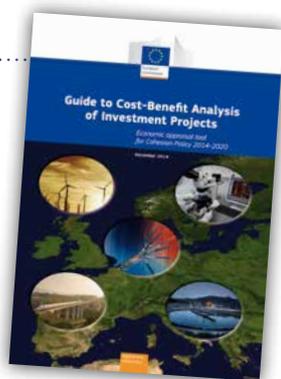
Abordagem comum

O guia atualizado centra-se nos elementos práticos, ao mesmo tempo que acompanha os mais recentes desenvolvimentos no mundo científico da economia do bem-estar para analisar em profundidade se a sociedade ficaria melhor com o projeto. Este guia abrange um vasto leque de utilizadores, incluindo funcionários administrativos da Comissão, funcionários públicos dos Estados-Membros e dos países candidatos, funcionários de instituições financeiras e consultores envolvidos na preparação ou na avaliação dos projetos de investimento.

As várias fases da ACB incluem uma análise financeira, uma análise económica e uma avaliação de riscos para uma determinada opção de investimento, bem como uma avaliação do impacto ambiental. A ACB exige uma explicação sobre a consistência do projeto face aos eixos de prioridades relevantes dos programas operacionais em causa e o contributo previsto para a concretização dos objetivos específicos desses eixos de prioridades e para o desenvolvimento socioeconómico.

Para facilitar a compreensão e a aplicação prática da ACB nos diferentes setores abrangidos pelo guia, este apresenta vários estudos de caso em áreas como transportes, ambiente, energia, banda larga, I&D e inovação.

LANÇAMENTO DO GUIA ACB



Em julho, a Comissão organizou uma conferência para apresentar às principais partes interessadas o novo Guia para análises custo-benefício de projetos de investimento a serem financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão no período de programação de 2014-2020.

O evento tinha por objetivo sublinhar os aspetos importante a ter em conta na aplicação dos princípios da ACB em projetos de investimento e a forma com esses princípios podem ser aplicados na prática. Os oradores, especialistas na matéria, enunciaram as principais alterações legislativas, processuais e metodológicas associadas aos grandes projetos e a abordagem à ACB.

Walter Deffaa, Diretor-Geral da Política Regional e Urbana, afirmou que a ambição do guia ACB é conjugar rigor e aplicação prática.

Limites mais elevados e menos grandes projetos

Os projetos de investimento da política de coesão devem responder globalmente à Estratégia Europa 2020 e assumir uma abordagem integrada no que respeita à utilização de fontes diversificadas de fundos da UE, como os Fundos EIE ou o Horizonte 2020. Os potenciais grandes projetos devem encaixar-se nos objetivos temáticos da UE, nas prioridades de investimento e nos objetivos específicos, por esta ordem, e devem ser avaliados através de resultados e de indicadores. Esta abordagem estabelece uma ligação direta entre projetos e programas. Os resultados podem ser medidos através de indicadores físicos.

No período de programação de 2014-2020, os limites foram aumentados (75 milhões de euros para projetos na área dos transportes e da energia nos termos do objetivo temático número 7) e associados aos custos elegíveis (não aos custos totais). Consequentemente, o número de grandes projetos será menor. Em 2007-2013 foram investidos, aproximadamente, 80 mil milhões de euros em mais de 1 000 grandes projetos. No período de 2014-2020 são esperados 500 grandes projetos de investimento devido aos diferentes níveis de limites – e estes devem ser identificados pelos Estados-Membros nos respetivos programas operacionais.

O papel fundamental dos especialistas da JASPERS

A JASPERS – uma parceria entre a Comissão Europeia (DG Política Regional e Urbana), o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento – assume um papel mais forte no desenvolvimento e na avaliação de grandes projetos, enquanto peritos e consultores independentes. Os grandes projetos serão revistos pela JASPERS e uma avaliação de qualidade independente será submetida à Comissão para assegurar condições de igualdade em todos os Estados-Membros e setores.

O envolvimento deste organismo pode ajudar a garantir que os projetos são devidamente apresentados e, através da avaliação de qualidade independente, aumentar as probabilidades de aprovação.

A JASPERS, na qualidade de consultor técnico, ajudou a DG Política Regional e Urbana a preparar o guia ACB, contribuindo essencialmente nas questões práticas associadas aos grandes projetos de infraestruturas e destacando as melhores práticas e os erros mais comuns na execução da ACB. No futuro, a Comissão, em conjunto com a JASPERS, irá criar fóruns regulares de ACB para o intercâmbio de melhores práticas e de experiências na execução da ACB, no sentido de continuar a melhorar a avaliação dos projetos de investimento.

▶TRANSFERIR O GUIA

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/cba_guide.pdf

MEDIR O PROGRESSO EM DIREÇÃO À EUROPA 2020

A estratégia de dez anos da UE para o crescimento e o emprego – Europa 2020 – foi lançada em 2010 para criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O Índice Europa 2020 analisa os dados dos primeiros quatro anos da estratégia de modo a assegurar a sua eficácia como uma estratégia pós-crise nos Estados-Membros e regiões.

O Índice analisa as cinco áreas-chave específicas da Estratégia Europa 2020 – emprego, educação, pobreza, inovação e alterações climáticas – e ainda a sustentabilidade energética. Por cada meta, o Índice atribui aos Estados-Membros, às regiões e às cidades uma pontuação relativa à proximidade a que se encontram dessa meta.

Visão geral da UE

Durante os primeiros quatro anos da Estratégia Europa 2020, foram alcançados alguns progressos no sentido das metas europeias e nacionais. Todavia, devido à crise económica, as taxas de emprego e de pobreza praticamente estagnaram em muitos países. Seis Estados-Membros registaram uma deterioração no seu desempenho, com o Chipre a registar a maior queda, de nove pontos, enquanto a Grécia e Portugal perderam três pontos cada.

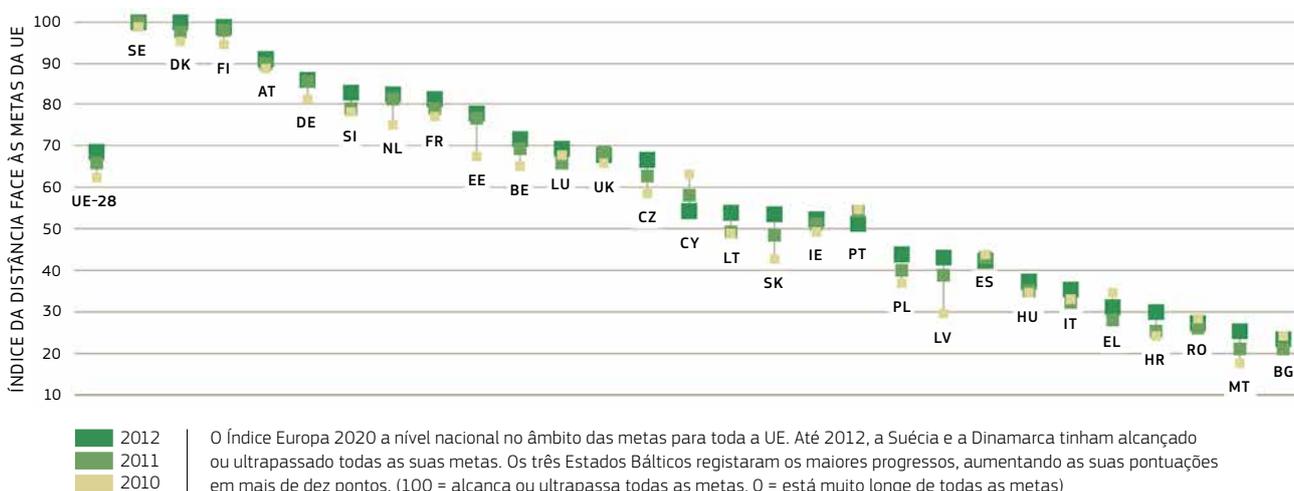
Impacto regional

A análise fornece, igualmente, uma perspetiva sobre o desempenho das regiões da UE. As diferenças no desempenho entre as várias regiões – até dentro do mesmo país – criam uma oportunidade para identificar e partilhar as melhores práticas.

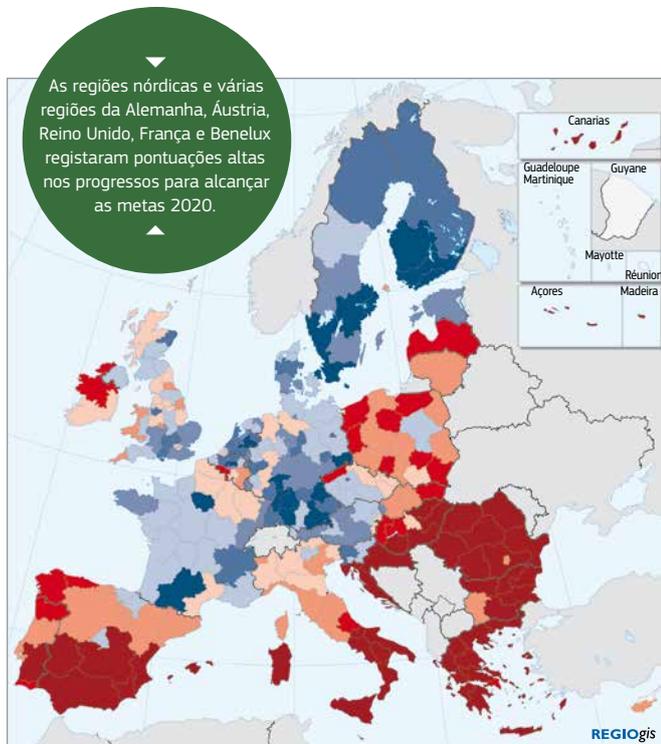
De acordo com a classificação das regiões atribuída pela política de coesão, as taxas de emprego, de educação superior e de I&D como percentagem do PIB são bastante mais baixas nas regiões «menos desenvolvidas», enquanto nas regiões «mais desenvolvidas» as pontuações são, regra geral, mais elevadas em todos os indicadores da Europa 2020.

Além disso, o Índice concluiu que as regiões das capitais figuram, frequentemente, entre aquelas que registam melhor desempenho nos países. A diferença entre o desempenho da capital e da segunda melhor região é acentuada na Bulgária, Roménia e Eslováquia. As regiões das capitais da Roménia e da Bulgária registaram um desempenho superior em relação a vários Estados-Membros da UE-15, como Espanha, Grécia e Itália. O desempenho da região de Bratislava ultrapassa mesmo o desempenho de 21 Estados-Membros. A análise mostra que as cidades conseguem melhores pontuações no Índice do que as vilas, os subúrbios e as áreas rurais. As cidades dos Países Baixos, da Suécia e da Finlândia já atingiram

ÍNDICE EUROPA 2020 CINCO METAS PRINCIPAIS DA UE, 2010-2012

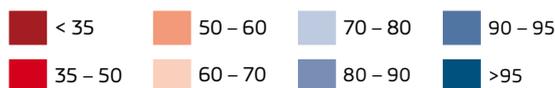


Fonte: Comissão Europeia com base em dados do Eurostat e EEE



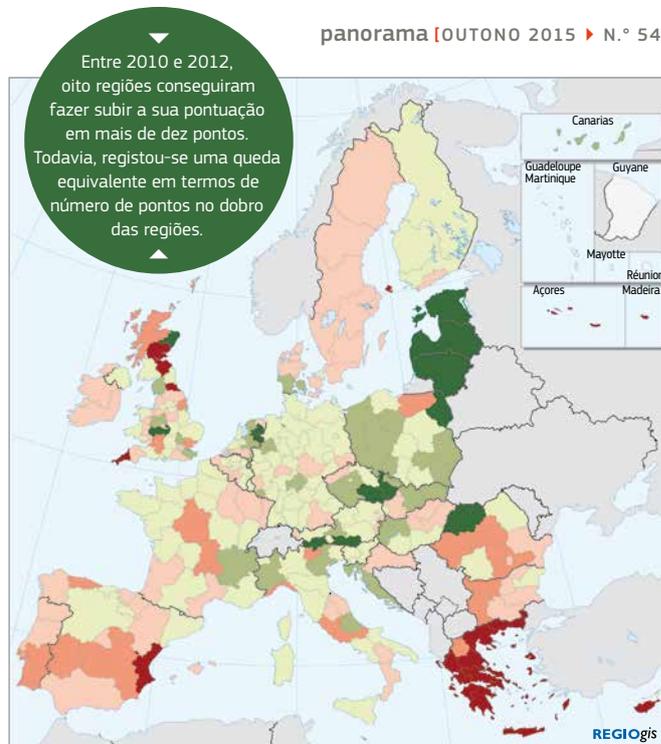
▶ **ÍNDICE EUROPA 2020 – QUATRO METAS PRINCIPAIS, 2012**

ÍNDICE DA DISTÂNCIA FACE ÀS METAS DA UE



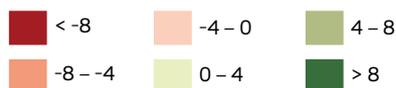
100 = alcança ou ultrapassa todas as metas
 0 = está muito longe de todas as metas
 Média da UE = 71,4

Fonte: Comissão Europeia com base em dados do Eurostat e EEE



▶ **ALTERAÇÃO DO ÍNDICE EUROPA 2020 – QUATRO METAS PRINCIPAIS, 2010-2012**

ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DA DISTÂNCIA FACE ÀS METAS DA UE



>0 = foram registados progressos em direção às metas
 ≤0 = não foram registados progressos em direção às metas
 Média da UE = 3

Fonte: Comissão Europeia com base em dados do Eurostat e EEE

as metas definidas na Estratégia Europa 2020 em matéria de emprego, educação e redução da pobreza.

Esta diferença fica a dever-se, essencialmente, a melhores oportunidades de emprego, a um melhor desempenho em termos de educação e a taxas de pobreza mais reduzidas nas cidades dos países da coesão (1). Por seu lado, as cidades dos países que não são da coesão enfrentam taxas mais elevadas de pobreza e de exclusão e taxas mais baixas de emprego, porque os cidadãos mais instruídos e abastados mudaram-se para os subúrbios e os centros das cidades atraem uma percentagem maior de pobres e desempregados.

Orientação 2020

A análise ajuda a identificar os desafios subjacentes ao sucesso da aplicação da Europa 2020. É natural que a análise tenha concluído que a crise económica dificultou o alcance das metas em matéria de emprego e redução da pobreza e que esta situação se deverá manter em determinados países. No que respeita à I&D, registaram-se progressos

significativos em todo o quadro, mas a tendência terá de ser reforçada para se atingir os objetivos para 2020. A inovação continua altamente concentrada e não mostra sinais de alargamento às regiões menos desenvolvidas. A UE registou progressos nas metas para as energias renováveis e a redução das emissões de gases com efeito de estufa, embora isto se deva, em parte, a uma quebra na procura de energia associada à crise. O progresso em direção à meta na educação é promissor, mas um regresso a um forte crescimento no emprego pode prejudicar os avanços.

Regra geral, os grandes desafios são a redução da pobreza e o aumento do emprego e da inovação, mantendo a tendência positiva nas restantes áreas. Com a política de coesão da UE a investir aproximadamente um terço do orçamento comunitário em áreas-chave, em harmonia com a Europa 2020, o Índice ajudará a orientar os Estados-Membros e as regiões no sentido de maximizarem o impacto dos fundos da UE, centrando-se nos seus desafios e necessidades de desenvolvimento específicos.

(1) Países com um RNB per capita inferior a 90% da média da UE, por conseguinte, elegíveis para o apoio do Fundo de Coesão no período 2014-2020 (Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia).

▶ **SAIBA MAIS**
<http://europa.eu/!wy97Wg>
 Consulte também o artigo na *Panorama* 52, página 24:
<http://europa.eu/!YB78tb>

▶ GRÉCIA

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO PARA AS TIC APOIAM EMPRESAS DE SUCESSO EM FASE DE ARRANQUE

Investimento total:
2 200 000 EUR

Parcela do Fundo de Participação JEREMIE:
700 000 EUR

A Incrediblué utiliza as tecnologias da informação e da comunicação para criar um mercado online de aluguer de iates no Mediterrâneo, tornando as férias a bordo de um iate acessíveis a todos.

A Incrediblué é uma das 45 empresas em fase de arranque inovadoras financiadas por fundos de capital de risco através da iniciativa JEREMIE na Grécia – organizada através do Fundo Europeu de Investimento – cofinanciada pelo Programa Operacional «Convergência Digital» da Grécia, pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e por capitais privados.

Lançada há três anos, a Incrediblué desenvolveu uma plataforma abrangente que possibilita a reserva online de barcos, rompendo com a ideia tradicional de que as férias a bordo de um iate são caras ou exigem uma experiência relevante. Os serviços online permitem que os clientes escolham o destino, o tipo de barco e as datas da reserva. O turista pode selecionar o iate mais adequado ao seu perfil e, após a reserva, a Incrediblué atribui a reserva a um dos seus 200 experientes capitães.

Segundo **Antonios Fiorakis**, fundador e presidente da Incrediblué, «os viajantes estão cansados de ter sempre as mesmas férias em alojamentos tradicionais ano após ano e há uma enorme tendência global para experiências que não envolvam hotéis. A Incrediblué dá acesso a uma forma alternativa de fazer férias, substituindo a vista estática da janela de um hotel pela vista sempre diferente de um iate, pelo mesmo preço».

Após três anos de atividade com êxito, a empresa recebeu, recentemente, mais um financiamento de 1,6 milhões de euros por parte de um consórcio de investidores e do Fundo Aberto JEREMIE II.

A Iniciativa JEREMIE

Os fundos de capital de risco para as TIC da iniciativa JEREMIE aplicam-se a investimentos para iniciar o processo de transferência de tecnologia e para empresas de TIC em fase inicial, sendo os Fundos Estruturais da União Europeia usados para financiar pequenas e médias empresas através de capital. O objetivo é desenvolver empresas inovadoras, especializadas em tecnologias da informação e da comunicação (TIC), que contribuam para o crescimento do ecossistema de empreendedorismo digital na Grécia no contexto da atual crise económica.

Atualmente, a Incrediblué tem uma oferta de 850 iates na Grécia, além de explorar um total de 2100 iates no Mediterrâneo, na Croácia, Turquia e Espanha. O novo investimento ajudará a empresa a expandir-se no Mediterrâneo e a multiplicar as suas reservas. Os resultados da empresa baseiam-se numa utilização da iniciativa JEREMIE com sucesso na Grécia, proporcionando novas oportunidades de apoio e de reforço da abertura, da inovação e do empreendedorismo digital, bem como uma mudança rumo à economia digital.

▶ SAIBA MAIS
www.incrediblué.com

DINAMARCA

▶ EMPRESA EM FASE DE ARRANQUE DESENVOLVE DRONE PARA VIGILÂNCIA E SALVAMENTOS MARÍTIMOS

Uma empresa dinamarquesa está a desenvolver drones especializados que podem ser operados no mar e aterrar em navios em movimento.

O CumulusOne é um novo tipo de drone de alta tecnologia que foi especificamente concebido para operar no mar e prestar apoio a tarefas como salvamentos marítimos, aviso de pirataria e levantamentos ambientais. Nestas áreas, tradicionalmente, são gastos milhões de euros para a utilização de aeronaves ou helicópteros especializados.

A empresa Little Smart Things, com sede em Bornholm, Dinamarca, foi fundada em janeiro de 2013 para desenvolver soluções remotas de fotografia e vídeo aéreas e acabou por encontrar uma grande oportunidade nas aplicações marítimas. A adaptação de drones civis para utilização no mar exigiu o desenvolvimento de uma máquina bastante robusta, com avançados sistemas de GPS e uma capacidade de aterragem automatizada.

Nos últimos 18 meses, a empresa desenvolveu o drone CumulusOne, que pesa menos de dois quilos e tem uma fuselagem fabricada em fibra de carbono e Kevlar. Foi concebido com uma asa fixa, mas não necessita de pista e consegue fazer descidas na vertical e aterrar numa área muito pequena que esteja em movimento.

O drone tem capacidade para voar até três horas sem aterrar e suporta ventos de 12 metros por segundo. Os drones foram concebidos para aterrar mesmo em pequenos barcos que não possuam heliporto ou outras instalações de aterragem. A avançada tecnologia GPS e um sistema de navegação personalizado permitem que a aterragem seja totalmente automatizada.

O CumulusOne é um sistema totalmente autónomo, fornecido numa caixa. Uma vez concluído o plano da missão, a aeronave é lançada manualmente e irá executar a missão e regressar para aterrar verticalmente com uma elevada precisão e sem necessidade de pista. Estas capacidades fazem do CumulusOne uma valiosa ferramenta para missões de busca e salvamento no mar, resgate de náufragos, gestão de gelo, prevenção de pirataria e vigilância ambiental.

O drone resulta de uma estreita cooperação com o Departamento Espacial da Universidade Técnica da Dinamarca (DTU) e com a Universidade Aalborg, que ajudaram a desenvolver os sensores GPS de precisão e os modelos matemáticos necessários às aterragens automatizadas em navios. O CumulusOne tem uma área de carga útil ampla, que suporta até 600 g. São várias as possibilidades de uma maior personalização e atualização futura dos sensores.

A Little Smart Things recebeu uma subvenção do Fundo de Inovação dinamarquês para o desenvolvimento do projeto, com o apoio futuro do FEDER. O fundador e Presidente, **Esben Nielsen**, foi distinguido como Empreendedor do Ano 2014 na Dinamarca.

▶ SAIBA MAIS

<http://littlesmartthings.com/>



Custo total:
255 000 EUR
Contribuição da UE:
102 000 EUR

▶ AGENDA 2016

JANEIRO

_ Croácia (HR)

1.º Fórum Anual EUERAJ

JANEIRO

_ Eslovénia (SI)

Evento de lançamento
do EUSALP

JUNHO

_ Bruxelas (BE)

Evento de especialização
inteligente de alto nível

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/

MANTENHA-SE LIGADO

 http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

 www.twitter.com/@EU_Regional

 www.yammer.com/regionetwork
Plataforma colaborativa da DG REGIO

 www.flickr.com/euregional

 Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»
www.inforegiodoc.eu

 www.twitter.com/CorinaCretuEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

